



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0820/11	DATA: 15/06/2011
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 18h49min	DURAÇÃO: 03h43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h43min	PÁGINAS: 75	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO HADDAD – Ministro de Estado da Educação.

SUMÁRIO: Exposição, pelo Ministro Fernando Haddad, sobre o Plano Nacional de Educação.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Atenção, precisamos iniciar os nossos trabalhos.

Eu gostaria de contar com a colaboração de todos para que nós possamos dar início a esta audiência pública com o Exmo. Sr. Ministro da Educação Dr. Fernando Haddad.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 13ª reunião, realizada em 14 de junho. Pergunto se há necessidade da leitura da ata.

Leitura dispensada, a pedido do Deputado Artur Bruno.

A ata está em discussão.

As Sras. e os Srs. Deputados que queiram discuti-la, este é o momento.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com o inteiro teor da ata permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada.

A pauta de hoje prevê o comparecimento espontâneo do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Dr. Fernando Haddad, que vem a esta Comissão Especial para expor sobre o Plano Nacional de Educação, como referimos ontem, na nossa reunião ordinária.

Aqui à Mesa, o Deputado Angelo Vanhoni, nosso Relator; a Deputada Teresa Surita, 1ª Vice-Presidenta; e o Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad.

As regras são claras. A lista para os Deputados inscreverem-se e dirigirem perguntas ao Sr. Ministro já foi distribuída. A palavra será concedida ao Exmo. Sr. Ministro da Educação pelo prazo de 40 minutos, como é regimental.

Com a palavra Exmo. Sr. Ministro Fernando Haddad, a quem nós agradecemos a gentileza de ter vindo a esta Comissão. Ministro, nós estamos trabalhando há bastante tempo, já, com o Plano, e os trabalhos vão indo muito bem. Temos 26 Deputados membros titulares e igual número de suplentes; o nosso comparecimento aqui tem ultrapassado bastante esse número. Além dos titulares,



em média, temos tido de seis a oito Deputados que não são membros da Comissão, mas que acompanham os trabalhos. As reuniões da Comissão fora de Brasília estão acontecendo, no País inteiro, com enorme sucesso e com grande contribuição para todos nós, para os trabalhos e principalmente para a tarefa do Sr. Relator; recebemos 2.915 emendas, fato inédito na história desta Casa. Nem na Constituinte houve tantas emendas propostas a um projeto de iniciativa do Executivo quanto teve o Plano Nacional de Educação.

Já tivemos aqui, Ministro, a presença dos representantes dos movimentos sociais, de especialistas, de Governadores; enfim, o trabalho está indo muito bem, e hoje ele é coroado com a presença de V.Exa., razão pela qual não perco tempo em passar-lhe a palavra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputada Fátima.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA Sr. Presidente, uma boa tarde. Colegas Parlamentares, quero saudar o Sr. Ministro e, muito rapidamente, com satisfação, registrar a presença aqui, hoje, na nossa audiência pública, da FASUBRA, do comando nacional da FASUBRA, servidores que estão em greve, neste exato momento, por melhores condições de trabalho, por melhora salarial. Quero saudá-los e, ao mesmo tempo, fazer votos aqui de que as negociações com o MEC e com o Planejamento possam avançar.

Quero também registrar, Sr. Presidente, a presença da Prof^a. Amanda, potiguar, professora, como eu, lá do Estado do Rio Grande do Norte, que se encontra em Brasília hoje, pela manhã participou da reunião ordinária da Comissão de Educação, e agora está acompanhando também a audiência pública.

Quero, igualmente, saudar aqui nossos parceiros permanentes, no movimento de debate do PNE: a UNDIME, a CNTE, a ANPED, CEDs; enfim, saúdo todas as entidades presentes nesta tarde de hoje, que julgamos que é mais um momento muito importante de acúmulo, de debate, de fortalecimento da nossa luta para aprovar um PNE para valer, levando-se em consideração, Deputado Gastão, que hoje nós temos a presença exatamente do Sr. Ministro.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputada Fátima Bezerra. Registramos, portanto, a presença das pessoas citadas por ela, que com muito prazer e satisfação recebemos aqui, neste plenário.

Sr. Ministro, a palavra está com V.Exa.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todos a oportunidade, na pessoa do Presidente da Comissão Especial Gastão Vieira. Agradeço ao Deputado Angelo Vanhoni o esforço que tem feito para realizar o seu trabalho, uma tarefa extraordinária. Cumprimento todos os membros da Comissão, titulares e suplentes, os Deputados interessados no assunto que porventura não façam parte da Comissão e os dirigentes do Ministério da Educação. Temos aqui dois Secretários, o Secretário Francisco das Chagas e o Secretário Carlos Abicalil, que têm uma longa história de apoio às iniciativas do Ministério da Educação, sobretudo na organização das Conferências Nacionais que precederam a elaboração do plano.

E, sem me alongar, eu gostaria de me deter naquilo que considero virtuoso do projeto de lei encaminhando, que, na minha opinião, serve como uma boa base para o debate que já está estabelecido, e que vai desdobrar-se na apresentação de um substitutivo a ser levado à consideração dos senhores.

Eu gostaria de reafirmar a minha total convicção de que esta Casa fará um trabalho melhor do que fez o Ministério da Educação, como tem sido a regra. Nós encaminhamos para o Congresso Nacional dezenas e dezenas de projetos de iniciativa do Executivo. Durante os 8 anos de mandato Lula, tivemos a oportunidade de aprovar no Congresso duas emendas constitucionais e mais de 50 projetos de lei estruturantes para promover a reforma do sistema de ensino no País.

Eu sempre friso esse aspecto da interlocução entre Executivo e Legislativo para que não parem dúvidas sobre o respeito que o Ministério tem pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelos educadores desta Casa. Os militantes da educação no Congresso Nacional têm contribuído enormemente para o aperfeiçoamento dos projetos que aqui chegam. Só para que tenhamos uma pálida ideia do que ocorreu nos últimos 8 anos, as emendas constitucionais versaram sobre extensão da obrigatoriedade do ensino, que era de 7 a 14 anos, para 4 a 17 anos; versaram sobre o FUNDEB; versaram sobre o Piso Nacional do Magistério; versaram sobre o



fim da DRU; versaram sobre a distribuição para os Municípios do salário-educação, que recebiam só indiretamente, dependendo da boa vontade dos Governos Estaduais; versaram sobre a obrigatoriedade da fixação de meta de investimento público em educação no PNE, ou seja, um sem-número; versaram sobre a extensão de todos os programas de apoio — merenda, livro, transporte — para toda a educação básica, o que antes era restrito ao ensino fundamental.

Vejam os senhores que eu estou me referindo apenas àquilo que foi matéria de emenda constitucional. Não estou me referindo a REUNI, a PROUNI; à reforma que foi feita do Financiamento Estudantil; não estou me referindo a 50 projetos de lei que foram encaminhados a esta Casa e que receberam apoio do Congresso Nacional, de maneira suprapartidária. Isso se deve não só à boa interlocução entre o Executivo e o Legislativo, mas também ao fato de que a sociedade civil organizada tem sido ouvida — pelo Executivo, quando organiza as conferências nacionais, e pelo Legislativo, nas inúmeras audiências públicas em que a sociedade civil é convidada a se manifestar e a expor livremente o seu ponto de vista. Isso significa que a sociedade — e, quando eu falo de sociedade, não posso deixar de considerar as entidades representativas do setor educacional —, o Executivo e o Legislativo... Eu estou na presença da Profa. Dorinha, que presidiu o CONSED e é testemunha do grau de abertura para o diálogo que o MEC estabeleceu com todos os parceiros da educação: CONSED, UNDIME, entidades de formação, ANPEd, ANFOP, ANDIFES, CONIF e tantas entidades que aportam subsídios importantes para o debate público em educação.

Portanto, eu creio que não será diferente no que diz respeito ao Plano Nacional. A nossa abertura para o aperfeiçoamento do texto é total. Nós, evidentemente, queremos aprovar um plano que seja cumprido, porque é importante que ele não seja uma carta de intenções. Nós não podemos repetir o erro de aprovar uma carta de intenções; temos que ter clareza de que cada meta deste plano será observada pela sociedade ao longo da década e que, portanto, temos que honrar a palavra empenhada com a sociedade de que vamos acompanhar uma a uma dessas metas e chegar a 2020 honrando esse compromisso. Então, não é só um desejo, não é só uma vontade; é uma vontade combinada com determinações



bastante efetivas sobre o que a sociedade espera de cada um de nós para que essas metas sejam atingidas.

Essa é a razão pela qual nós dividimos o plano em metas e estratégias. As metas são direcionadas a toda a sociedade, e as estratégias são direcionadas aos gestores da educação, da rede pública e da rede privada, para que essas metas sejam atingidas.

Antes de entrar propriamente na discussão do plano, queria só fazer referência a um convite que eu recebi da Comissão de Educação para debater o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC. Por uma questão não de importância, mas de cronologia — o plano chegou antes do PRONATEC —, nós achamos de bom tom que o PNE fosse discutido numa audiência anterior. Mas já me coloquei à disposição da Presidenta da Comissão, e também todo o Ministério, para o debate sobre o PRONATEC, que deve se desdobrar nas próximas semanas, para que nós também possamos aperfeiçoá-lo. Ali o desafio é menor, porque o número de emendas é uma pequena fração das que foram apresentadas ao PNE. Foram 18. Curiosamente o PRONATEC, que não foi discutido com a sociedade, recebeu 18 emendas, e o PNE, que foi discutido com a sociedade, recebeu 2.900.

Mas eu julgo salutar, porque mostra o desejo de participação, para que todos possamos assinar o plano, de modo que haja não apenas a sanção presidencial, não apenas a aprovação do Plenário da Câmara e do Senado, mas também a assinatura da sociedade, conjuntamente com a dos Poderes constituídos, em um plano dessa envergadura e dessa importância para os destinos do País.

Então, só quero dizer para o Deputado Alex Canziani e para a Deputada Fátima Bezerra que o MEC estará disponível para, quando entenderem conveniente, esclarecer as dúvidas e promover os aperfeiçoamentos necessários para a aprovação do PRONATEC.

Sobre o Plano Nacional de Educação, eu queria fazer algumas considerações que, na visão do MEC, trazem inovações importantes, trazem aperfeiçoamentos importantes em relação ao que teve vigência até aqui.

O plano inova em algumas questões centrais. A primeira questão para a qual eu chamaria a atenção é que o plano trabalha com um conjunto apreciável de



estratégias — são mais de 160, 170, se eu não estou enganado — e um conjunto reduzido, mas muito significativo, de metas. O objetivo é fazer com que o plano ganhe a população; o objetivo é fazer com que cada cidadão possa memorizar, até, os desafios que estão colocados para o País para que ele mude de patamar: de um País de médio desenvolvimento educacional para um País de alto desenvolvimento educacional. Esse é o nosso desejo.

As metas procuraram abranger todos os temas pertinentes à educação — superior, profissional, básica, especial, valorização dos profissionais. Nós procuramos, nessas 20 metas, combinar a redação de tal maneira que, de alguma forma, passássemos em revista os principais indicadores que nortearam o trabalho do Ministério até aqui. Então, apesar de enxuto, o conjunto de metas é bastante abrangente no que diz respeito ao seu escopo, ao seu objetivo. As metas até foram combinadas de tal maneira que às vezes parecem ser uma meta só, mas dentro dela há outras variáveis que merecem consideração, como é o caso da educação infantil, da educação de jovens e adultos, e assim por diante.

Contudo, embora tenhamos feito um texto enxuto, no que diz respeito às metas, nós entendemos que o Plano Nacional anterior precisaria ser aperfeiçoado no que diz respeito ao modo de atingir as metas. A ideia era que cada um de nós, ao ler o plano, pudesse saber exatamente o que o Congresso Nacional espera que façamos. Cada um dos programas do MEC, dos Estados ou dos Municípios foi listado, de tal maneira que ficasse claro o que um Secretário Municipal, um Secretário Estadual, um Secretário Nacional deveria fazer e quais as providências cabíveis para que aquela meta fosse cumprida.

Eu vou citar um exemplo, para esclarecer: em relação à educação infantil, sobretudo no que diz respeito às crianças de até 3 anos, o plano anterior previa saltar de uma taxa de atendimento de 9% para 50%. Poucos países do mundo, desenvolvidos, atendem a 50% das crianças de até 3 anos. Pouquíssimos. Conforme o último dado que tenho na memória, a média da OCDE era de pouco mais de 30%. Mas nós fixamos uma meta de 50% para um País em desenvolvimento.

Essa ousadia não me preocuparia, desde que viesse acompanhada dos mecanismos para que essa meta fosse atendida. O FUNDEF, como nós sabemos,



não contemplava a educação infantil. Não há nenhuma menção no Plano Nacional de Educação sobre a inclusão da educação infantil no antigo FUNDEF. Portanto, faltou colocar uma estratégia, faltou dizer que era preciso incorporar a educação e o ensino médio ao FUNDEF. Nem o salário-educação podia financiar a educação infantil. Em terceiro lugar, e não menos importante, não havia um programa federal de expansão da rede física de creches e pré-escolas, como é o PROINFÂNCIA.

Então, vejam que, ao longo da década, nós tomamos três medidas que não estavam previstas no plano para alavancar a matrícula da educação infantil: nós a incluímos no FUNDEB; redefinimos a repartição do salário-educação, por matrícula também da educação infantil; e criamos o PROINFÂNCIA. Já temos quase 3 mil convênios assinados e estamos mirando chegar a 8 mil, 8.500, juntando o que foi feito no mandato anterior com o compromisso da Presidenta Dilma de conveniar mais 6 mil até 2014.

Com esse esforço, mais a medida provisória que permite ao Ministério da Educação custear o primeiro ano de funcionamento da creche que não esteja recenseada — só depois de recenseada é que ela passa a ser considerada para o FUNDEB —, são quatro medidas que permitem ao País vislumbrar a possibilidade de, agora, sim, atingir uma meta ambiciosa ao seu tempo, e ambiciosa hoje, mas que carecia de instrumentos para que nós pudéssemos avançar.

Então, do mesmo jeito que eu estou me referindo à proposta de atendimento a crianças de zero a 3 anos, eu posso passar em revista cada uma dessas metas, fazendo referência às estratégias que estão contempladas no plano para que elas sejam atingidas. Para cada meta há comandos específicos tanto para o MEC quanto para os Secretários Estaduais, para os Secretários Municipais, para o Sistema S — há comandos para o Sistema S: realinhar com o ensino médio, oferecer o tempo integral, o segundo turno para o jovem do ensino médio, que é um pouco o espírito do PRONATEC. Mas já está ali no plano. O PRONATEC já estava sendo desenhado quando o PNE chegou ao Congresso Nacional.

Eu estou dando um exemplo, mas uma leitura atenciosa do plano vai revelar que para cada meta há um conjunto de comandos para que ela seja honrada.

Essa é a segunda inovação importante do plano. A primeira, um conjunto enxuto de metas; a segunda, um conjunto menos enxuto de estratégias: os meios



que têm que ser colocados à disposição para que o avanço aconteça na medida prevista. Não menos do que o que está previsto. É dali para mais, e não para menos.

Um terceiro aspecto muito importante é aquilo que nós construímos juntos aqui quando da aprovação da Emenda Constitucional nº 59. O Deputado Gastão Vieira, naquela ocasião, junto com o ex-Deputado Abicalil, participou da discussão. Também o Relator, Deputado Rogério Marinho. Estamos falando de Parlamentares de três partidos diferentes, dois da base e um da Oposição, à época, e nós soubemos capitanear um processo.

Quando elaborávamos a emenda constitucional, nós dissemos o seguinte: o que vai impedir o Presidente da República — naquela ocasião, nós não sabíamos quem seria — de vetar novamente uma meta relativa a financiamento, assim como ocorreu no plano anterior? Como nós podemos impedir que isso aconteça novamente?

Eu, pessoalmente, me debrucei sobre o assunto sob o ponto de vista jurídico e verifiquei que o argumento, à época, era o de que aquele dispositivo do PNE feria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como não estava nos nossos planos a revisão dessa lei, a saída foi modificar uma lei superior à Lei de Responsabilidade Fiscal, justamente a Lei Maior do País, a Constituição, fazendo constar nas diretrizes do PNE a meta específica de que todo Plano Nacional de Educação, dali para frente, teria que fazer constar uma meta sobre os meios financeiros, recursos orçamentários necessários, para o seu cumprimento. Assim foi feito. A emenda constitucional foi promulgada, e hoje essa meta é incontornável, sob pena de o plano ser inconstitucional por não constar a meta, e não por constar.

Então, vejam que houve uma mudança importante de paradigma. Ou seja, o Congresso Nacional tem que estabelecer os meios necessários para o cumprimento das metas. Essa, portanto, foi a terceira inovação importante.

A quarta inovação relevante diz respeito à questão das metas de qualidade. O plano anterior não fazia referência a elas, mas apenas e exclusivamente a metas de quantidade, ao número de matrículas, basicamente. E nós, na minha opinião, demos um passo além ao considerar que tão importante quanto levar em consideração a quantidade — até porque a quantidade é uma dimensão da qualidade —, é



considerar as metas de qualidade naquilo que é mensurável. Porque nem toda qualidade da educação é mensurável, mas há uma dimensão dela que o é, do ponto de vista qualitativo. Quer dizer, a humanidade aprendeu a mensurar a proficiência em determinadas disciplinas como leitura, matemática e ciências. Nós aprendemos a mensurar isso. Obviamente, há questões na educação que não são mensuráveis, não há uma métrica. Por exemplo, os valores, que são tão ou mais importantes do que a proficiência, são difíceis de mensurar. Se uma escola está transmitindo para os seus alunos os valores de tolerância, convivência democrática, cultura da paz e respeito à diversidade, isso é mais difícil de mensurar. Mas há dimensões da educação que são mensuráveis e podem ser acompanhadas, inclusive no tempo. A nossa Prova Brasil, o PISA — Programa Internacional de Avaliação de Estudantes — são assim, e o nosso ENEM passou a ser assim. Então, colocar na ordem do dia a questão da qualidade... O IDEB, por exemplo, que nós criamos justamente para que as famílias pudessem acompanhar a evolução de cada escola pública, é uma inovação que eu não conheço existir em outro lugar a não ser no Brasil. Países do tamanho do nosso não têm um sistema de acompanhamento nacional da evolução da qualidade escola por escola, já prevendo apoio técnico e financeiro para aquelas escolas que ficarem para trás e que, portanto, precisam ser apoiadas para atingir patamares de qualidade que respeitem o direito da criança ao aprendizado.

Então, na minha opinião, foi muito importante contemplar metas de qualidade no plano.

Uma quinta inovação, talvez a última que eu tenha na memória, é o foco na questão dos profissionais da educação. Nós temos várias metas — se não estou enganado, são quatro — diretamente relacionadas com a situação dos profissionais da educação. Uma delas nos é muito cara — e até já há proposta de mudar o verbo, com o que eu, absolutamente, estou de acordo —, que é a meta 17. Porque se dizia sempre: *“O problema da educação não é recurso; tem recurso demais.”* Então, nós observamos uma variável que, na minha opinião, é chave para saber se há recursos de mais ou de menos. Já que os salários dos profissionais da educação consomem em torno de 70%, às vezes 80% dos recursos vinculados, se não está faltando dinheiro para a educação, é de se supor que estão todos bem remunerados, não é verdade? Então, fizemos uma conta muito simples, Deputada Alice Portugal:



consideramos a remuneração média dos professores com nível superior que atuam na escola básica pública e chegamos a um valor. Levamos em consideração os salários dos profissionais com nível superior que não atuam no magistério e chegamos a um outro valor. Pois bem, em 2009, o salário médio do magistério público era 60% do valor dos demais profissionais com o mesmo nível de escolaridade. Então, é evidente que está faltando, sim, dinheiro para a educação, mas numa variável que é chave para a qualidade, que é a questão da remuneração, porque é a partir desta variável que os jovens vão tomar a sua decisão sobre o que querem ser na vida. A vocação é uma variável, mas há outras que precisam ser consideradas. A vocação é importante, mas há uma dimensão... Não estou falando da questão remuneratória no sentido estrito, mas no sentido simbólico. Quanto a sociedade brasileira valoriza o profissional que atua em educação? É essa a pergunta que nós temos que responder. Então, não se trata somente de saber se o salário é digno ou indigno. Não é só disso que estamos falando. Além de mais, nós precisamos nos perguntar se a sociedade está dando sinais adequados para que a juventude olhe para a carreira docente como uma carreira valorizada do ponto de vista social. A resposta hoje é "não". Nós temos que colocar em perspectiva a meta de equiparação do salário médio do docente e daqueles que atuam em outras áreas. Há países que foram até além disso. Mas, no caso brasileiro, já seria um enorme avanço se a média salarial fosse equivalente. Há países, inclusive, que foram além, e os professores têm até uma remuneração média superior àquela dos demais profissionais. Então, nós colocamos a meta 17, que equipara a condição docente àquela do não docente.

Portanto, Sr. Presidente, são essas inovações que me fazem crer que nós estamos trazendo à consideração desta Comissão um texto pensado, sopesado, refletido, que pode servir de base para um substitutivo que contemple os anseios da sociedade e que possa, quem sabe, ser aprovado, como nós fizemos em todos os encaminhamentos até aqui, pelo menos desde que sou Ministro da Educação. O texto é aclamado pela sociedade e pelo Congresso Nacional. Sabemos que, para que isso aconteça, a generosidade na negociação tem que ser a marca do processo. Mais do que uma generosidade daqueles que participarão do processo de confecção de um texto que será submetido a esta Comissão, este é um tipo de generosidade



com a sociedade, sobre o qual gostaria de falar para finalizar. É uma generosidade apresentar à sociedade algo que nós vamos executar, fazendo com que esse documento tenha um alto grau de respeitabilidade social. Caso contrário, quando formos aprovar o PNE 2021-2030, vai haver uma desmobilização e não uma mobilização, em função da perda de credibilidade do documento.

Então, se for um documento que tenha começo, meio e fim, cuja conta fecha, com recursos suficientes para o cumprimento das metas, e com metas factíveis, penso que esse documento vai crescer. Pode ser que uma outra meta fique aquém da perspectiva de um setor da sociedade, mas é preferível superar a meta do que colocar o sarrafo numa altura inalcançável para o Estado brasileiro. Isso não significa dizer que estou propondo pouca ousadia. Não é isso. A ousadia tem que ser proporcional ao esforço que a sociedade se comprometerá em fazer, para que nós possamos chegar com 90%, com 100%, com 95% das metas cumpridas. Se isso for feito, se essas metas forem cumpridas, o Brasil já será um País de alto desempenho educacional. Se essas metas forem cumpridas, o Brasil já terá mudado de patamar completamente. Terá mudado da água para o vinho. Se nós formos para além delas, que esse desafio seja abraçado por cada um dos cidadãos brasileiros, para que nós não frustremos expectativas, para que ele seja um plano que seja honrado.

A nossa preocupação é essa. Acho que tem que haver compatibilidade entre as metas, sobretudo das 19 primeiras com a última, com a vigésima. Quer dizer, os recursos têm que ser suficientes para o cumprimento do plano, mas que, ao mesmo tempo, não seja só uma questão matemática, seja uma questão em que nós tenhamos compreensão do esforço que o Estado e cada um dos entes federados terão que fazer para que nós concluamos a década com um nível elevado de satisfação. Quer dizer, podemos cumprir 90% de uma meta e 110% da outra. Todo mundo vai compreender, mas ninguém vai compreender cumprirmos metade das metas. Isso ninguém vai entender.

Então, o nosso desejo, na contribuição para o debate, é que o mesmo nível de seriedade e compromisso que mantivemos até aqui seja a regra. E nós temos, pelo menos, dois Secretários do Ministério, duas Secretarias, a Secretaria-Executiva Adjunta e a Secretaria de Articulação que estão 100% disponíveis, além do



Gabinete, para prestar todos os subsídios necessários para que todos os membros, mas com a atenção para o Relator e para o Presidente, se sintam absolutamente confiantes de que levarão à consideração deste Plenário um texto que seja a expressão da vontade da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sr. Ministro, muito obrigado. Vamos iniciar o debate de V.Exa. com os Parlamentares, dando a palavra, inicialmente, ao Exmo. Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, eu vou esperar as arguições que os Deputados tenham a fazer ao Exmo. Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente Gastão Vieira, eu gostaria de solicitar a minha inscrição entre os oradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado, V.Exa. está inscrito já.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Será? Então, alguém me inscreveu. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado é o décimo aqui. Como a palavra oral é mais válida do que a escrita, vou passar V.Exa. aqui para a posição... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Para a primeira eu vou ficar constrangido, Sr. Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Estão inscritos, para evitar qualquer intercorrência, por ordem de inscrição, o Deputado Alex Canziani, o Deputado Chico Lopes...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, ele trocou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Quem trocou com V.Exa.?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O Deputado Chico Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Chico Lopes? É o mesmo partido, está valendo tudo.

Continuando, estão inscritos os Deputados Hugo Leal, Artur Bruno, Gilmar Machado, Eduardo Barbosa, Teresa Surita, Izalci, Professora Dorinha Seabra



Rezende, Newton Lima, Fátima Bezerra, Raul Henry, Alessandro Molon e Renan Filho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa. quer se inscrever?

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO - Tem uma segunda folha aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem uma segunda folha.

Estão escritos ainda: o Deputado Nelson Marchezan Junior — o próximo é a Deputada Alice Portugal, que sai da inscrição porque trocou com o Deputado Chico Lopes, indo, então para o lugar do Deputado; o Deputado Paes Landim e o Deputado Joaquim Beltrão.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Eu gostaria de me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou fazer por blocos. Vamos fazer bloco de seis. Razoável, seis? Peço que a Secretaria providencie papel para o Exmo. Sr. Ministro.

Nós temos um número de inscrições bastante elevado, e creio que vai aumentar com a proporção do tempo. Esta Presidência recusa-se a estabelecer tempo para os Parlamentares. Cada Parlamentar, considerando a presença de outros companheiros, de outros colegas, contribuirá para que o seu companheiro usufrua, da melhor forma possível, a presença do Ministro. Portanto, não vou aqui estabelecer tempo, e faço esse apelo no sentido de que a presença do Ministro possa render aquilo que nós estamos esperando, em termos da nossa expectativa.

Deputado Alex Canziani, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado. Deputado Gastão Vieira, demais companheiros, Sr. Ministro, quero agradecer, mais uma vez, pela presença de V.Exa. aqui na Casa. A bem da verdade, V.Exa. sempre tem sido convidado e tem comparecido para discutir os mais variados assuntos referentes à educação brasileira.

Para nós, é um privilégio, Deputados que somos nesta Legislatura, uma honra podermos estar discutindo esse projeto. E esse projeto é, sem dúvida alguma, o mais importante do nosso mandato.



Eu fico feliz também, Sr. Ministro, porque vejo, ao longo dos anos — eu que estou no quarto mandato —, o quanto a educação vem sendo debatida pela sociedade brasileira. Alguns anos atrás, não se ouviam candidatos a Prefeito, a Governador, mesmo à Presidência da República falarem sobre este assunto. Falavam muito pouco a respeito da educação. E, com o passar do tempo, não só os candidatos, não só os gestores, mas a mídia e a sociedade como um todo comentam. Peguem qualquer jornal do interior do Brasil ou os grandes jornais nacionais, e verão que todo o santo dia há matérias falando a respeito da educação: artigos, debates, críticas de um lado, elogios, de outro, mas sempre falando da educação.

Então, isso mostra que, felizmente, a sociedade acordou para o fato de que o País que nós queremos necessariamente passa pela educação. E é só nós pegarmos países que deram certo no mundo, que estão dando certo, países desenvolvidos, que veremos que foram exatamente os países que investiram pesadamente na educação, Deputado Angelo Vanhoni.

Agora, Ministro, eu tenho uma preocupação com esse plano, que é a seguinte: ele chega aqui com 20 metas e com as suas estratégias. Temos quase 3 mil emendas. E eu tenho visto a participação nos encontros regionais — eu tenho participado de alguns, principalmente no Paraná —, e a vontade que as entidades, as pessoas, os segmentos têm de colocar os seus pleitos em nosso plano. Eu me preocupo até se 20 metas não são muitas metas para o País.

Eu tenho a seguinte visão, Ministro: quando se quer priorizar alguma coisa deve-se ter poucas prioridades, ou elencam-se algumas, e aí, sim, a sociedade efetivamente sabe exatamente aquilo que se quer, quais são as metas claras daquilo que se pretende; qualquer um vai saber disso, e nós vamos conseguir criar toda uma sinergia da sociedade para poder atingir. Ou eu tenho a preocupação que nós acabemos criando um grande projeto, de grandes idéias, e que infelizmente nós não conseguimos efetivamente implementá-lo.

Então, Ministro — não sei se vou até estrangê-lo aqui —, baseado na sua experiência, no seu conhecimento, no que o senhor já viu no Brasil e no mundo, se nós resolvêssemos colocar não 20, mas três ou cinco metas para o País, metas daquilo que nós queremos para a educação brasileira, e nós pudéssemos dizer: “em



2020, eu quero que o Brasil tenha efetivamente atingido três metas, até cinco metas", quais V.Exa. acredita que seriam as mais importantes?

Sr. Ministro, com todo respeito às entidades, com todo respeito à sociedade que está nos acompanhando, será que não é isso que nós temos que efetivamente fazer? Veja a questão do IBEB, Ministro, uma bela iniciativa. Hoje se sabe, em cada cidade, em cada Estado, a qualidade... E nós sabemos a meta. Em 2022, nós queremos atingir a meta de seis, para que tenhamos que uma nota parecida com a dos membros da OCDE.

Deixo com V.Exa. dessa indagação. Eu tenho conversado com o próprio Deputado Gastão, com o Deputado Vanhoni, porque fico preocupado de colocarmos muita coisa no plano, criarmos muitas expectativas, e, ao final, efetivamente não conseguirmos. Então, até mesmo pela experiência dos outros países, será que não seria melhor nós pegarmos de três a cinco metas e dizer claramente para a sociedade: "Isso nós faremos". Obviamente, não podemos dizer que não vamos trabalhar nas outras, mas teremos algumas metas prioritárias, e dessas, em hipótese alguma, nós abriremos mão.

Então fica a V.Exa. essa indagação.

Agradeço V.Exa. e parablenizo-o pelo seu trabalho. O Brasil vem avançando, o Brasil vem melhorando.

Nós temos recursos para a educação brasileira. Esta própria Casa já deu mostras claras de que quer fazer da educação sua prioridade número um. Nos próprios exames do PISA, temos melhorado. Inclusive, nossa média é maior do que a de outros países. Acredito que nós estamos caminhando, não sei se na velocidade que o mundo e nós mesmos precisamos. Mas eu deixo a V.Exa. essa indagação e essa reflexão para todos os nossos companheiros Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Alex.

Em seguida, fala a Deputada Alice Portugal, por concessão elegante do nosso eminente decano Chico Lopes.

V.Exa. tem a palavra.



A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Muito obrigada, Sr. Presidente. Peço inclusive que deixe a minha inscrição para que, quando do seu retorno, o Deputado Chico Lopes possa usá-la em meu lugar.

Ministro, em primeiro lugar, quero dizer que este é um momento muito importante. Esta Comissão ganha relevo todas as vezes que V.Exa. aqui vem, porque de fato nós temos visto modificações, temos assistido a atitudes corajosas do Ministro da Educação em buscar avançar na educação em nosso País.

Então hoje não é à toa que novos temas, às vezes velhas necessidades mas com roupagem da atualidade, chegam à Mesa para que soluções sejam dadas. Eles chegam muitas vezes de maneira tumultuada, e intempestiva, mas são questões da atualidade, para as quais se tem buscado respostas. Hoje nós temos o piso salarial nacional, temos o FUNDEB, temos uma universidade com um novo formato possível; o estudante pode escolher, após um bacharelado interdisciplinar, a sua vocação, sem buscar essa vocação na administração do susto. Nós temos buscado, sem dúvida, acompanhar toda essa mudança, e reconheço seu esforço, sua coragem e muitas vezes a sua capacidade de absorver impactos, às vezes justos, às vezes nem tão justos. Mas, de qualquer maneira, hoje nós estamos com esta discussão.

Hoje de manhã, a Comissão de Educação, teve um impasse, porque se colocou na mesa se era de fato justo ou não estabelecer o corte dos 5 anos — 5 anos e 1 ou 2 meses, cinco anos e meio —, e com que intervalo nós poderíamos mensurar com justiça a idade para que o aluno ingresse no ensino fundamental, saindo da educação infantil. E ouvimos aqui a fala de que o ideal seria que a escola brasileira avançasse para a análise do indivíduo. Mas nós não temos essa condição. É um País continental. A verdade é que avaliar o cognitivo em relação ao emocional e ambos para o avanço escolar da criança, é uma ciência muito delicada que poderá definir o futuro daquele indivíduo. Essa discussão inclusive nós vamos aprofundar, para colaborar.

Tem chegado até nós a discussão do *bullyng*, a discussão sobre a homofobia, sobre a igualdade de gênero, sobre o problema dos castigos na infância, sobre o ENEM *versus* vestibular, a natureza e o controle do ENEM e de todos os concursos públicos. Temas novos. E, na minha opinião, o Plano Nacional de Educação, com as



suas 20 metas, abrirá para que sejam buscadas soluções para essas questões. Portanto eu não que 20 metas seja muito.

A grande questão — e eu provoco V.Exa. ao debate — é o dinheiro novo, é a discussão com a equipe econômica, é o processo de ousadia, para que as ideias que os educadores brasileiros, esta Casa e V.Exa. têm tido no comando da educação no Brasil, tenham a rede de proteção financeira. Portanto, essa discussão com a equipe econômica, com possibilidade de um avanço percentual do PIB colocado em um avanço gradual, em um cálculo de sete e poucos por cento, o que é um grande desejo social das entidades da educação, da CNTE, da Campanha Nacional pela Educação, da UNE, da UBES, que têm feito campanhas profundas, acima inclusive da expectativa da faixa etária de quem propõe, mas com muita segurança, que é sobre os 10% do PIB. Então, eu quero ouvir V.Exa. sobre essa questão.

Temos também a ideia de que quando o Fundo Social do Pré-Sal estiver composto, que sua metade seja destinada à educação, para de fato mudarmos este País.

Então quero ouvir V.Exa. sobre esta matéria: o dinheiro. Sobre a possibilidade de avançar a meta, para assegurar. O Deputado Alex fala que são vinte e muitas, mas se nós tivermos 10% do PIB, possivelmente nós teremos mais musculatura para encarar os novos desafios.

Por último, Ministro, para que todos possam falar, V.Exa. sabe do meu extrato original. Sou filha das universidades e com muita honra fui dirigente da FASUBRA. O servidores das universidades brasileiras — e nós todos sabemos disso — tem o salário que é o menor da Esplanada dos Ministérios. Eles lutam para que o salário-base seja de três salários mínimos. Nós tivemos muitos avanços nesses últimos anos. Avanços importantes. Generosidade. Inclusive o do setor de nível superior, que ficou, sem dúvida, batendo no teto daquela carreira pequena, do ponto de vista dos valores, e que somente na última negociação de plano tiveram um certo aumento, que ficou na forma de uma vantagem, chamada VBC.

A FASUBRA, nesse momento em que per fez um movimento nacional de greve, ela o fez porque não conseguiu finalizar essas questões com o Ministério. Eu estou aqui cancelada pelos dirigentes nacionais, e cito a companheira Léa, do Mato



Grosso, para pedir a V.Exa. que monte de imediato esta Mesa, para chegarmos a uma solução. Essa é uma categoria cordata, republicana, contribuinte dos resultados que temos tido nas universidades brasileiras e que merece essa nossa atenção. Tenho certeza de que terá de V.Exa. Mas, se esse anúncio da montagem da Mesa pudesse ser feito nesta tarde, com certeza, teríamos soluções, porque os assuntos não são tão complexos e o impacto não é tão grande.

Por último, queremos fazer um pedido a V.Exa. Como houve decurso de prazo e não se levou adiante, de maneira imediata, a criação da EBSEH, empresa que teria como objetivo gerenciar hospitais universitários e congêneres, peço a V.Exa. que monte uma comissão de trabalho e escute os que argumentaram na Câmara em relação ao mecanismo de gestão dos hospitais, para que se mantenha o binômio assistencial/educativo juntos e se conjugue o binômio docente/assistencial.

Entendemos que essa empresa poderia existir como apoio para resolver o problema dos gestores acerca dessa herança que nos levou a ter mais de 26 mil terceirizados e sem desvincular essas instituições, que são os grandes centros de geração de quadros da Saúde das universidades brasileiras. E a EBSEH assim o faria.

Quero pedir a V.Exa. que monte um grupo de trabalho antes de mandar o projeto de lei para esta Casa para buscar soluções no nível da academia e do pragmatismo necessário para resolver o problema dos trabalhadores terceirizados.

São dois pedidos e uma observação sobre o Plano Nacional de Educação, que, tenho certeza, será levado a sério, mas muito na medida em que façamos um *lobby* suprapartidário da Educação brasileira por mais dinheiro para dar suporte à sua ousadia e à sua competência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputada Alice Portugal.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Como há muita gente para participar do debate, sugiro a V.Exa. que estabeleça um tempo — 3 minutos, por exemplo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sugiro o tempo de 5 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Quando iniciei o debate, Deputado Nazareno Fonteles, eu disse que tenho enorme dificuldade de estabelecer tempo para companheiro. Eu preferiria que cada um tivesse a consciência da utilidade da presença do Ministro e a aproveitasse da melhor forma.

O próximo inscrito é o Deputado Hugo Leal, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Ministro, quero agradecer pela presença de V.Exa. aqui para tratar de tema de suma importância não só para este momento, mas para os próximos 10 anos.

Vou tentar ser telegráfico, em decorrência da quantidade de Parlamentares que querem fazer uso da palavra. Já irei direto às indagações ao Sr. Ministro.

Uma das indagações, Sr. Ministro, trata-se de questão diretamente ligada ao Plano Nacional de Educação e é relativa às novas disciplinas que estão sendo inseridas nas grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Cito exemplos: Sociologia, Filosofia, Música, Espanhol...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, no Plano, não. Estou fazendo um comparativo. Não que estejam no Plano, mas faço um comparativo. Está ocorrendo hoje a inserção de novas disciplinas no conjunto dos ensinos básico, fundamental e médio. O que isso implica hoje na formação do professor e o que isso implica na questão das matérias básicas? Estou citando isso porque é uma grande preocupação. É claro que trazer disciplinas novas para a melhor formação do cidadão é importantíssimo, mas o que isso implica na ação direta das matérias fundamentais, como Matemática, Português, Geografia? Temos um ímpeto muito natural de trazer novas disciplinas para as grades curriculares.

Eu também gostaria de ouvir V.Exa. sobre a questão da transversalidade. Onde é que poderiam ser inseridas essas disciplinas ou disciplinas não novas na



questão da transversalidade para aproveitar ao máximo não só a formação do conhecimento, mas também a formação do cidadão?

Há a necessidade premente, na formação do professor, de que haja equilíbrio entre o conhecimento e a formação do caráter, da personalidade, da cidadania do indivíduo. Como podemos aproveitar essas metas que foram sugeridas e que foram trazidas à discussão no nosso debate?

Segundo ponto: eu gostaria que V.Exa. mensurasse ou pelo menos trouxesse alguns exemplos de metas de qualidade. Onde estão essas metas de qualidade? Como elas estão sendo auferidas? Como estão sendo avaliadas essas metas de qualidade nos ensinos básico, fundamental, médio e superior?

Como está, no Ministério da Educação, o equilíbrio do financiamento das linhas de educação? Isso vai ser importante para a discussão do Plano, que pode ter 3, 4, 5, 20. Metas foram colocadas para serem alcançadas. Como está o equilíbrio de distribuição de recursos na área de educação, de forma global, para a educação básica, a educação fundamental, o ensino médio e o ensino superior? Como é essa divisão proporcional? Isso é fundamental para trabalharmos não só com o Plano Nacional de Educação, mas também com a questão orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O próximo inscrito é o Deputado Artur Bruno.

S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Ministro, boa tarde. Quero também saudar toda a sua equipe, os que vieram para esta audiência pública.

Quero primeiro reconhecer o fato de que hoje o País tem um plano de educação. Temos um plano de desenvolvimento da educação, que está sendo cumprido nas suas mais diversas modalidades e nos seus mais diversos níveis. Acho que é muito importante o País ter um plano.

Em segundo lugar, gostaria de parabenizar sua equipe aqui presente, porque o Brasil foi o País que mais avançou na escolaridade no mundo. Isso é muito importante, mas queremos muito mais, queremos que nossa escola pública tenha qualidade comparável à dos países da OCDE. Essa meta está prevista. Temos metas para 2021. Mas é preciso registrar os avanços que tivemos. Mesmo na



qualidade, fomos um dos que mais avançaram, mesmo reconhecendo que nossa escola pública ainda deixa muito a desejar. Quero, primeiro, fazer esse registro.

No Estado do Ceará, meu Estado, houve avanços consideráveis. Tínhamos uma universidade federal com apenas um *campus*, em Fortaleza. Hoje temos mais três *campi* no interior. Recentemente, com a presença do Ministro, tivemos a aula inaugural de uma universidade que, tenho certeza, terá um papel fundamental no desenvolvimento do Brasil e dos países africanos — uma nova universidade, portanto, no nosso Estado.

Sr. Ministro, creio que esse processo não começou agora. Esse processo vem de 2008. Isso motivou muito a sociedade brasileira a participar do debate do Plano Nacional de Educação. Houve conferências municipais, conferências estaduais e uma grande conferência nacional, com cerca de 3 mil delegados de todo o País. Portanto, criou-se a expectativa para os delegados e os demais participantes de verem suas propostas contempladas no Plano. Talvez por isso ele tenha recebido quase 3 mil emendas, boa parte delas de autoria das entidades dos delegados que participaram dessas conferências. Isso também precisa ser registrado.

Eu gostaria de fazer algumas indagações. Faço, antes, um reforço, em nome de muita gente que tenho encontrado em debates e reuniões, para que sua equipe não esmoreça no combate ao preconceito na escola brasileira. Precisamos diminuir — o ideal seria erradicar — o *bullying* nas escolas.

Sabemos que os fatores que mais motivam o *bullying* são a diversidade sexual, o preconceito racial, o preconceito contra as pessoas com deficiência. Portanto, cabe, sim, ao Estado brasileiro ter uma política de combate a todos esses preconceitos. Isso tem que começar, sobretudo, na escola básica.

Falo isso em nome de muitas entidades e muitas pessoas que me têm pedido. A campanha que tem sido feita contra o trabalho do Ministério da Educação no Governo Dilma e também no Governo Lula não pode arrefecer. Não podem esmorecer os que estão fazendo esse trabalho.

Portanto, essa é a primeira questão. Eu gostaria de saber como isso pode ser contemplado no Plano.

A segunda questão refere-se à educação profissional. Já debatemos esse assunto na Comissão Especial e avaliamos que uma das tarefas mais importantes



da sociedade brasileira é estimular e desenvolver cada vez mais a educação profissional. Eu considero a meta do Plano tímida: a duplicação das matrículas em educação profissional.

Estamos fazendo tanta coisa — institutos federais, PRONATEC — nessa área que não entendo por que a equipe previu apenas a duplicação das matrículas. Acho que o que está sendo feito vai ultrapassar isso.

Eu queria saber por que foi prevista apenas a duplicação, se temos a convicção de que os governos anteriores esqueceram a educação profissional e buscaram desenvolver razoavelmente os ensinos básico e superior. Hoje há uma carência, um verdadeiro apagão em termos de mão de obra especializada neste País, porque não se priorizou, no devido momento, a educação profissional.

Outra questão diz respeito — e aí eu falo em nome da minha categoria — ao magistério. O Governo Lula teve a coragem de pôr em prática o que, desde 1988, nós esperávamos. A Constituição de 88 previu o piso do magistério. Nós tivemos o Governo Collor, o Governo Itamar e o Fernando Henrique em dois governos, mas somente no Governo Lula houve finalmente uma proposta do Executivo regulamentando o piso do magistério, que foi aperfeiçoado e melhorado pelo Congresso Nacional.

Eu acho que esse assunto é importante neste momento, porque há greves em todo o País em relação ao cumprimento do piso. Nós deveríamos ter algum mecanismo — o Governo Dilma ou o próprio MEC — para garantir a efetividade do piso. É preciso haver mecanismos para isso porque muitos Municípios e alguns Estados ainda não estão adotando o piso.

Finalmente, mais duas questões. Com relação ao financiamento, quero reforçar o que disse a minha colega Alice Portugal. Na Conferência havia uma proposta que considerei interessante, que pretendia modificar a Constituição no que se refere ao comprometimento da receita dos Municípios, Estados e União. A proposta era de que os Estados e Municípios investissem 30% de sua receita em educação e a União, 20%, salvo engano. É claro que isso não pode fazer parte do Plano. Hoje investimos 5% do PIB em educação; a proposta é de que seja 7%; e há uma movimentação da sociedade por 10% — inclusive, há várias emendas sobre isso.



Há outros mecanismos sendo pensados pelo MEC no que se refere a financiamento? Há outras saídas? O que está sendo pensado e elaborado, repetindo um pouco o que a Deputada Alice Portugal disse, pelo MEC e pelo Governo de maneira geral?

Outra grande contribuição da Conferência foi sobre o custo aluno/qualidade. Deveríamos definir o custo, o investimento que deve ser feito para se garantir qualidade nos mais diversos níveis e modalidades da educação, apresentando uma proposta. O que o Ministério acha de nós definirmos isso, uma vez que não está devidamente estabelecido, gerando indefinição sobre a qualidade?

Finalmente, quero parabenizar toda a sua equipe, pois a proposta é enxuta. Acho que 20 metas são razoáveis. Qual nível ou modalidade iríamos tirar em termos de prioridade? É algo difícil, a escolha de Sofia, não é, Alex?

Para concluir, registro que o Ceará se sente muito privilegiado pelo trabalho de V.Exa. e de toda sua equipe, o que, inclusive, lhe rendeu recentemente o título de Cidadão Cearense. O povo cearense gostou muito de torná-lo legalmente cidadão do nosso Estado, concedendo-lhe esse título.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Vieira) - Muito bem, Deputado Artur Bruno.

A próxima inscrita é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos; boa tarde, Ministro.

Eu queria começar, Ministro, falando sobre o piso salarial, pois estamos com mais de 10 Estados em greve e vários em estado de greve. Eu sei que V.Exa. vem mantendo conversa com o CONSED e a própria UNDIME, mas devemos pensar muito mais em como avançar na questão do piso e da carreira.

Nós sabemos que os jovens não se interessam pelo magistério e, se nós não conseguirmos mudar essa lógica de piso e de carreira, incentivando-os, continuaremos a não atrair os melhores nomes e pessoas para a educação.

Também precisamos encontrar uma solução para que a União, os Estados e os Municípios, juntos, consigam tornar a carreira interessante e atrativa, oferecer uma boa formação e fazer a responsabilização. Precisamos ter coragem para lidar com isso, pois o tema não é fácil de se enfrentar.



Eu gostaria de fazer minha segunda intervenção, que é sobre o Exame Nacional. Nós chegamos a discutir a questão, houve uma iniciativa do MEC e há um projeto do Presidente desta Comissão voltado para licenciaturas. Até onde V.Exa. acha que é possível avançarmos em relação à questão do piso, da carreira e do Exame Nacional? Quando o exame é obrigatório: para quem está concluindo? Eu já sei da sua iniciativa de colocar à disposição para os concursos, entre outros.

Também queria falar sobre gestão. Como poderíamos avançar na questão de formação de gestores? Eu sei que o Plano vai tentar tratar dos processos de escolha, mas, na verdade, nós esbarramos na qualificação. Que tipo de profissional, qual perfil deveríamos ter para atuar na área de gestão?

Com relação ao IDEB, acho que é indiscutível o seu avanço, mas há o grande temor de passarmos a estigmatizar e endeusar esse índice como se ele representasse tudo. Repito que é indiscutível que houve avanços, pois a população, com a leitura do IDEB, pode monitorar a escola, o trabalho e a qualidade. No entanto, podemos avançar bastante em relação ao modelo de avaliação. Existem, inclusive, no próprio Ministério, propostas de modelos de avaliação mais completos do que os que existem hoje para educação básica. Apenas quero sinalizar que podemos avançar em relação ao que temos, que não é suficiente.

Queria fazer um apelo a V. Exa. em relação à reforma universitária, que está “dormindo” na Casa há muito tempo. Acho que está passando da hora de acordarmos a “bela adormecida”. É um tema polêmico, mas, na reforma, vamos esbarrar no enfrentamento da expansão da universidade e da formação de professores. Nós sabemos que os professores não são formados de maneira adequada para a educação básica. A relação educação básica/ensino superior não é tranqüila nem fácil de ser enfrentada porque passa pela questão da autonomia e das diretrizes curriculares. Portanto, faço este apelo.

Sei que todos nós aqui temos histórias diferentes, cada um tem o seu viés e os seus compromissos com os grupos e categorias e com os lugares por onde passa. Mas quero pedir que isso não seja maior do que o nosso compromisso com a educação e que possamos separar essas paixões e tentar construir um plano que, embora não seja o ideal, nos permita, daqui a alguns anos, comemorar seus bons resultados.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Gilmar Machado ainda não voltou da Comissão de Orçamento. Vamos, portanto, fechar este bloco completando seis oradores.

Falaram cinco Deputados: Ale Canziani; Alice Portugal, Hugo Leal, Artur Bruno e Professora Dorinha Seabra Rezende. Como o Deputado Gilmar Machado não está presente, fecharemos os seis deste bloco agora com a Deputada Teresa Surita. S.Exa. pode falar daqui.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Sr. Ministro, Sr. Presidente, colegas Deputados, com relação à importância do Plano, eu, na condição de Deputada, considero que esta seja uma das discussões mais importantes da Casa, sem dúvida nenhuma.

Nosso debate na Comissão, Ministro, como V.Exa. bem disse, é no sentido de contribuirmos para melhorar o Plano que chegou a esta Casa.

Tenho algumas preocupações em particular. A primeira delas é com a qualidade. Nesse aspecto, tanto aluno quanto professor deixam muito a desejar. E a qualidade precisa ser vista com bastante atenção e cuidado, porque engloba uma série de problemas que têm de ser resolvidos, como os referentes a salário e a incentivos para despertar interesse na profissão, o que hoje não existe. É preciso que os alunos, depois de anos de alfabetização, não sejam tidos como analfabetos funcionais. Isso é realmente um grande desafio.

Entendo que faltou o diagnóstico do Plano que terminou, que tinha 295 metas. Nós não temos um diagnóstico claro e real do que foi feito. Esse novo Plano, com 20 metas, é muito mais fácil de ser cumprido, apesar dos grandes desafios. Mas é fundamental que haja um diagnóstico. Eu gostaria de apresentar a proposta de que esse diagnóstico fosse feito dentro de parâmetros reais para que, de fato, saibamos no que se avançou, e que a cada 2 anos houvesse uma avaliação para vermos exatamente como está se encaminhando cada meta.

Toda mudança é difícil de ser concretizada. Mudança não é para nenhum impaciente. Nessas 20 metas estão sendo propostas mudanças audaciosas. E sem acompanhamento não pode haver diagnóstico real.



Gostaria de reforçar o que disse a Deputada Alice Portugal com relação a financiamento. Já existem linhas de financiamento pensadas e garantidas para o bom acompanhamento do PNE? Há garantia de que 7% ou 10% do PIB serão investidos em educação?

Entendo, pelo que tenho ouvido, que isso foi colocado a longo prazo. Numa das exposições a que assistimos aqui, de professores da USP, vimos que o piso de 7% nos igualaria ao Primeiro Mundo em 2030. Nós temos pressa. Eu acredito que a educação é que permitirá ao País dar o salto de qualidade que esperamos.

Quais são, de fato, as linhas de financiamento pensadas para que possa o Plano atingir um bom desempenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputada Teresa Surita.

Sr. Ministro, completado o bloco de seis oradores — Alex Canziani, Alice Portugal, Hugo Leal, Artur Bruno, Professora Dorinha Seabra Rezende e Teresa Surita —, V.Exa. tem a palavra para as respostas.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Sobre essa questão do número de metas, nós tentamos não desmerecer nenhuma etapa de ensino — educação infantil, ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação. Somente aí temos cinco metas, sem levar em consideração o magistério e a alfabetização. Acho um pouco difícil conseguir aprovar um plano com menos do que isso.

Do ponto de vista teórico, é sempre bom mirar duas metas fundamentais: o aumento da escolaridade e a melhoria da qualidade. Se melhorarmos essas duas variáveis, não há como piorar o sistema de ensino. Felizmente, o Brasil foi o País que mais avançou em escolaridade na década passada e o terceiro país que mais avançou em qualidade.

Então, nas duas variáveis mais importantes para a Educação, escolaridade e qualidade, o Brasil terminou a década com destaque nos relatórios dos organismos internacionais. Tanto isso é verdade que uma equipe da OCDE veio ao Brasil gravar um vídeo promovendo o PISA, por causa do desempenho obtido pelo nosso País na década.

É óbvio, então, que poderíamos ter um plano com duas metas, ou três: escolaridade, qualidade e financiamento. (*Riso.*) Estas três eu diria que são...



Agora, seria um pouco empobrecedor, porque não levaríamos em consideração uma série de questões que precisam ser acompanhadas. Por exemplo, toda criança está alfabetizada aos 8 anos? É uma meta importante de ser acompanhada. Quantos universitários nós temos?

Eu concordo com a sua observação de que a meta da educação profissional ficou um pouco tímida. Nossas projeções no PRONATEC são de que vamos cumprir essa meta em 2014. Portanto, há espaço, sobretudo com o PRONATEC, posterior ao encaminhamento do PL, para ajustarmos essa meta. Realmente, projetamos o PRONATEC para ser encaminhado ao Congresso e verificamos que é possível avançar mais. Então, seguramente, ali há espaço para aperfeiçoamento.

Não me preocupa o número de emendas, porque há muita redundância. Há cem emendas só no que diz respeito a financiamento; educação infantil, outras tantas para mudar a meta de 50 para 100. Enfim, todo tipo de emenda, mas muito redundantes. Se agruparmos as emendas por meta, vamos verificar que o número delas é pequeno. O Deputado Angelo Vanhoni, na interlocução com os senhores, vai chegar a um número.

Então, não é uma tarefa... O número assusta mais do que de fato é a realidade. É só agrupar as emendas por meta que vai ficar bastante claro que há uma racionalidade nelas.

Agora, houve da parte da sociedade civil o desejo de apresentar cada um o seu plano, o que não é ruim, na minha opinião. Mas a tarefa de sistematização vai facilitar muito o trabalho de confecção do texto. Então, não penso que isso seja incontornável.

Sobre financiamento.

Vejam bem, perguntar para o Ministro da Educação se ele é a favor de 7% ou 10% é quase que uma covardia. (*Riso.*) Não é uma pergunta que se faça. É evidente que quanto mais melhor. Não sei se há alguma emenda que estabeleça o percentual de 11% por aí, mas, enfim...

Agora, esse número tem uma lógica, o número apresentado, o 7. Qual lógica? Em primeiro lugar, ele é aproximadamente... Estamos falando de 80 bilhões de reais ao ano — adicionais. Então, estamos falando de um orçamento adicional para a Educação que, na nossa contabilidade, suporta as metas apresentadas.



Evidentemente, se as metas forem majoradas, esse número vai ter que mudar — isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, ele foi objeto do debate eleitoral do ano passado. De todos os candidatos, pelo menos duas candidatas que tiveram votação muito expressiva se comprometeram com esse percentual: a Presidenta Dilma, a candidata eleita, e a Senadora e então candidata Marina Silva. As duas se comprometeram com esse percentual.

Depois houve uma reivindicação histórica de derrubada do veto ao dispositivo que, justamente, fixava em 7% o investimento público mínimo em educação. Esse número faz sentido. Ele foi apresentado por essas 3 razões. O veto que foi aos 7%, a Presidente eleita comprometeu-se na campanha com os 7%, e 80 bilhões milhões de reais, de certa maneira, contemplam as metas previstas no Plano.

Então, não é um número mágico, faz sentido.

Portanto, essa pergunta não deve ser feita a mim, que sou a favor de aumentar esse percentual. Não é, Deputado Gastão? Vamos ser sempre favoráveis.

A outra preocupação, não menos importante, é a seguinte: nos últimos 5 anos nós, com tremendo esforço de melhora da arrecadação do salário educação, fim da DRU e criação do FUNDEB com recurso novo, aumentamos 0,2% ano. Em 5 anos aumentamos 1%.

Então, na minha gestão foi possível aumentar em 1% o investimento público em educação. Projetando esse esforço para a década, também nos pareceu factível em 5 anos mais 1% e, em 10 anos, 2%.

Há ciência por trás desse número, ele não apareceu simplesmente. Há o aspecto simbólico do veto, há o contábil da metas e o do esforço feito nos últimos 5 anos e que foi projetado para os próximos 10. Então, não é um número que caiu do céu, é um número que dialoga com a política, com a economia e com a administração pública, porque 1% em 5 anos foi muito difícil de se conseguir. Seguramente, cumpriremos a meta de 2% em 10 anos. Se for possível mais, evidentemente, a educação agradece, mas temos de levar em conta variáveis da realidade para fixar qualquer valor.

Em relação à qualidade, há metas quanto à alfabetização de crianças, em relação à alfabetização de adultos, metas de qualidade e não de quantidade, porque



a alfabetização é uma questão qualitativa; há metas para o IDEB, tanto do fundamental 1, quanto do fundamental 2, quanto do médio.

A ciência que o País tem acumulada em relação à qualidade está toda fixada no Plano, sem prejuízo do que disse a Professora Dorinha. Esse debate sobre qualidade não pode ser restritivo. Nós hoje estamos considerando 3 variáveis: a progressão, o fluxo e a proficiência em Matemática e em leitura.

Educação não se resume a isso. Podemos avançar para proficiência em Ciências e para outras dimensões mensuráveis da área educacional. No caso da educação superior, tivemos incrementos sobre esse assunto no que diz respeito à titulação de professores. Enfim, é possível conceber. Mas o INEP vai seguindo a sua lógica de estudos até tomar a decisão de mudar o indicador, o que trás sempre alguma perda de memória. É preciso tomar cuidado com isso.

O próprio IBGE é um órgão muito conservador em termos de alteração de metodologia, sobretudo quando essa do IDEB está se consolidando somente agora, 4 anos depois da criação do índice.

Quanto à questão dos professores, penso que o Brasil deu um passo extraordinário ao assumir a responsabilidade pela sua formação. Hoje aquele que quer ser professor de escola pública tem a sua formação inicial garantida pelo Estado, seja numa instituição pública e gratuita, seja pelo financiamento estudantil, em que o licenciando toma o financiamento e, ao exercer a atividade profissional em escola pública, tem a sua dívida perdoada com o fundo de financiamento.

Esse foi um gesto da União para dizer o seguinte: *“Olha, formação de professores é conosco, nós vamos garantir a formação dos professores”*.

Um debate mais profundo, que a Deputada Dorinha propõe, é o da reformulação dos cursos de formação, tarefa que talvez não seja propriamente um tema da legislação da reforma universitária, ou de qualquer outra, mas da indução que tem que ser feita para a melhoria da qualidade do ensino.

Vocês são testemunhas do esforço que o Ministério tem feito nos últimos anos de simplesmente fechar vagas em cursos com avaliação insatisfatória. Agora o curso de Direito entrou na segunda rodada de corte de vagas. Foram 25 mil na primeira rodada e 11 mil na segunda rodada. Tivemos 800 vagas cortadas em cursos de Medicina. Tivemos 18 cursos de Pedagogia fechados, com suspensão de



processo seletivo. Ou seja, o MEC está, a partir dos sinais, tomando as providências cabíveis para sanear e garantir uma expansão qualificada do parque de universidades no País.

Agora, eu tenho muita crença em que o exame nacional de concursos vai ser uma resposta importante para isso. O CNTE faz parte, as entidades de formação fazem parte, CONSED, UNDIME e MEC. Há uma mesa de governança desse exame. Estamos fechando até o dia 30 de junho a matriz. E aí a previsão é de que até o ano que vem nós tenhamos a primeira prova nacional de concursos. Todos os Governadores e Prefeitos que quiserem poderão se valer do banco, desde que com o consentimento do professor, que queira participar da seleção.

Então, o professor recém-formado fará a prova, receberá o seu boletim, as suas notas, estará em um banco de professores; um Prefeito abrirá o edital, e se o professor desejar poderá se inscrever com sua nota naquele edital. Nós pretendemos, com isso, gerar uma competição saudável entre os Prefeitos para a melhoria das condições de trabalho dos docentes, porque hoje os concursos são muito malfeitos, quando são feitos. Em muitas cidades não são feitos. Nós temos Estados e Municípios ricos com 40% de professores precarizados.

Então, com esse mecanismo garante-se a Constituição. E, havendo uma seleção nacional, o Prefeito vai se sentir estimulado a pagar melhor, porque ele sabe que vai poder contratar os melhores profissionais a partir daquele salário.

Às vezes vemos Governadores fazendo um esforço tremendo para pagar bem, mas a seleção não é benfeita. Ele investe e não tem o retorno do investimento. A prova nacional é um caminho importante.

Há também o debate sobre responsabilização. O debate estava um pouco parado no Legislativo. Nós oferecemos uma proposta, sempre abertos ao aperfeiçoamento, mas para induzir o debate da responsabilidade educacional. Hoje existem projetos de iniciativa dos Parlamentares, mas existe um projeto do Executivo que dá impulso a esses outros. Parece que a Comissão Especial já está instalada, não está?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Raul, foi instalada a Comissão Especial? *(Pausa.)*



O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - A notícia que eu tinha é de que... Ah, foi criada e não foi instalada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Nós conversamos ontem com o Presidente da Câmara dos Deputados, a quem levamos o apelo da Comissão de Educação. O Deputado Marco Maia assumiu o compromisso de instalar a Comissão o mais rápido possível.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Eu digo isso porque não fazia sentido juntar as duas leis, como alguns propuseram. Por quê? Porque o Plano Decenal tem vigência de 10 anos. A Lei de Responsabilidade Educacional não pode ter vigência de 10 anos. Ela é uma lei permanente, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não havia por que combinar os dois projetos. Mas nós, Ministério da Educação e Governo, estamos convencidos de que seria extremamente importante que essa lei também fosse aprovada, até para dar consequência ao descumprimento do Plano Nacional por parte dos gestores. Isso vale para o Ministro da Educação, para o Governador, para o Prefeito e para os Secretários. Quer dizer, todo mundo deve estar envolvido no cumprimento do Plano.

Questão do piso.

Nós não podemos avançar sem que o Supremo Tribunal Federal publique o acórdão, porque há muitas dúvidas sobre a decisão. Nós estamos fazendo gestão — os Governadores também têm feito gestão nesse sentido — para que o Supremo publique o acórdão e esclareça as questões para que essa Mesa possa se instalar sem prejudicar o debate. Porque se a Mesa se instala com uma compreensão e o Supremo publica o acórdão com outra, vamos recomeçar do zero.

Como a decisão já tem semanas, nós estamos fazendo uma gestão para que o acórdão seja publicado e para que a Secretaria — que hoje é conduzida pelo Deputado Carlos Abicalil, que foi criada para isso, para questões federativas, sistema nacional, plano nacional, planos estaduais e municipais, piso nacional — possa iniciar seus trabalhos, o que já está ocorrendo, diga-se de passagem, em conversas bilaterais, no momento, para a constituição das Mesas que vão discutir esses temas.

Hoje o Brasil investe menos de 20% dos 5% em educação superior. Dos 5%, apenas 0,7% são investidos em educação superior; e 4,3% são investidos em



educação básica. Então, a proporção é bastante razoável, e foi isso que garantiu que o investimento por aluno em educação básica dobrasse em relação ao...

(Não identificado) - E o *per capita*, Ministro, de um e outro, V.Exa. tem?

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - O *per capita*, que era de dez para um em 2002, caiu para cinco para um em 2009. Então, nós diminuimos à metade. O *per capita* da superior gira em torno — não vou ter de cor —, de 15 mil por ano. O *per capita* da básica gira em torno de 3 mil por ano. Isso era 15 mil e 1.500. Hoje é 15 mil e 3 mil, quer dizer, dobrou. Eu acrescentaria que essa é mais ou menos a relação de vários países da OCDE. O custo da educação superior é realmente muito mais caro do que o da educação básica, mas há espaço para melhorar um pouco mais. Eu acho que cair de 10 para 5 foi muito bom, porque era um absurdo, mas há espaço para melhorar um pouco, melhorando os investimentos na educação básica, que é o que tem sido feito. Todo incremento do investimento público em educação se deu na educação básica, como proporção do PIB.

Com relação ao combate ao preconceito, o Senado acabou de aprovar uma lei *antibullying*, mas a Câmara tem um bom projeto de um Deputado do PDT, Vieira da Cunha, que esteve comigo no Ministério na semana passada. É um bom projeto de lei. Eu entendo que esse debate vai avançar no Congresso. O Senado já tomou uma primeira medida, mas, se houver disposição da Câmara, é possível conjugar os esforços, combinar os projetos. Nós estamos dispostos a colaborar com a redação, se nos for permitido, porque eu acho um debate importante o do combate à discriminação de todo o tipo — homofobia, criança com deficiência, questões religiosas —, porque às vezes a pessoa é discriminada por isso também, dentre outras, como questões de gênero, questão étnico-racial.

Enfim, nós sabemos que a escola ainda não é um ambiente acolhedor para todos, e ela precisa ser um ambiente acolhedor para todos. Então, tudo isso tem que estar devidamente contemplado para que nós possamos desenvolver campanhas de informação, de esclarecimento para que toda pessoa tenha acolhimento na escola pública, qualquer que seja sua orientação, sua cor de pele, e assim por diante.

Obrigado, Deputado Gastão Vieira.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Antes de passarmos para o outro bloco, acho que o Ministro se esqueceu dos dois pedidos.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - A FASUBRA. Eu tive uma reunião com a direção da FASUBRA na véspera do dia em que se decidiu pela greve por dois votos. Se eu não estou enganado, posso errar aqui um pouquinho, foi 63 a 61 a votação que deflagrou a greve. Portanto, vejam que nem a categoria estava plenamente convencida de que esse era o melhor caminho.

Na véspera, eu me comprometi a conseguir do Planejamento um documento, que foi encaminhado à assembleia, de instalação da mesa com um cronograma pactuado, e isso não foi suficiente. Questionaram o fato de que os Secretários é que assinaram o documento, como se um Secretário não falasse pelo Ministério. E isso depois de uma reunião de véspera, que não estava agendada comigo. Foi feita uma reunião comigo, que foi aberta aos dirigentes da FASUBRA e sem agenda prévia, em que eu empenhei a minha palavra de que faríamos gestão junto ao Ministério para que esse cronograma fosse estabelecido. Infelizmente, como aconteceu da última vez, os companheiros da FASUBRA não levaram em consideração essa reunião que foi feita. Isso aconteceu ano passado também. Eu tinha dado a minha palavra, que não foi considerada, e a greve aconteceu, com os resultados conhecidos. Não foi bom; a greve não foi boa nem para a categoria, nem para o Governo.

Eu penso que esta greve não está sendo boa nem para a categoria nem para o Governo. Então, estou aqui publicamente reiterando, em nome do Ministério da Educação, os termos da carta que foi endereçada à assembleia, para não dizerem que não é o Ministro que está dizendo. Estou aqui, está sendo gravado isso. Estou reiterando os termos da carta que foi encaminhada à assembleia.

Então, é isso. Agora, se a categoria entender que aquela carta, que foi considerada suficiente na véspera, deixou de ser considerada depois, aí é da autonomia do movimento sindical, que eu não vou questionar, embora discorde. Esse direito eu tenho, de discordar do encaminhamento. Não foi um bom



encaminhamento. Estamos terminando o semestre letivo. Poderemos aproveitar justamente o período de férias para estabelecer um calendário certo, correto.

Ouvi da Ministra Miriam Belchior uma frase que me impressionou positivamente: *“não vou dar um passa moleque no movimento sindical porque eu tenho origem na luta dos trabalhadores”* e concordou com os termos da carta, e autorizou o Secretário Duvanier a assiná-la. Então, eu penso que foi equivocada a decisão. Uma carta importante que foi encaminhada, inédita, até onde eu vou, que eu estou reiterando aqui...

Inclusive, quero dizer aos companheiros da FASUBRA, por quem eu tenho o maior respeito, porque parece que amanhã haverá um movimento aqui, que estarei em Santa Catarina pela manhã e no Palácio do Planalto à tarde, portanto não estarei no Ministério da Educação, que já autorizei o Secretário não só a recebê-los como a agendar uma conversa no gabinete para esclarecermos essa questão. E já deixo aqui o apelo para que esse movimento seja suspenso agora, que nós possamos estabelecer um calendário e endereçar a solução dos problemas que foram colocados na mesa. Não estou dando garantias do que vai ser atendido. Estou, neste momento, garantindo que o diálogo ocorrerá. Agora, o que vai ser atendido depende de muitas variáveis que não estão sob nosso controle.

Sobre os HUs, com a mesma sinceridade que estou convidando os companheiros a sentarem à mesa de negociação, suspender o movimento, encerrar o semestre letivo e retomar o movimento, se porventura a proposta do Governo não for convidativa, estou dizendo que estou há 6 anos estudando os hospitais universitários. Estou convencido de que há hoje dois modelos de modernização dos HUs. Um é o modelo privatista, o modelo das OSs, com dupla porta de entrada. Esse é o modelo que está vicejando País afora, à revelia deste Congresso, porque está acontecendo na instância dos entes federados. É um modelo de OS com dupla porta, permitindo o conveniamento com planos de saúde, e o modelo que nós estamos propondo é 100% público, 100% SUS.

Eu entendo que é preciso modernizar os hospitais, e não entendo que isso fira qualquer princípio do Sistema Único de Saúde. Ao contrário, moderniza a gestão, oferece condições adequadas de trabalho aos trabalhadores, como eu tive a



oportunidade de constatar no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, e garante que seja 100% público, 100% SUS.

Eu nunca omiti essa expressão dos debates que se travaram aqui, no Congresso. Vim à Câmara, fui ao Senado, com o mesmo *slogan*: 100% público, 100% SUS. Se nós não oferecermos ao País um modelo alternativo, moderno, eficiente, que respeite o trabalhador, respeite o usuário e respeite os princípios do SUS, vamos continuar observando calados o que está acontecendo: a privatização; a supressão do direito fundamental do cidadão ao acesso à saúde pública por meio da dupla privatização — a privatização da gestão e a privatização do atendimento, porque os planos de saúde já estão conveniando com as OS uma segunda porta de entrada. Essa é a minha convicção, Deputados.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - As subsidiárias são privadas, Ministro. Vamos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, vamos ao debate do PNE, por favor.

Sr. Ministro, obrigado.

Vamos ao segundo bloco. Estão inscritos os Deputado Izalci, Renan Filho, Newton Lima, Fátima Bezerra, Raul Henry e Alessandro Molon.

Deputado Izalci, V.Exa. começa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, Sr. Ministro, eu vou ficar apenas em uma meta, a Meta 20, dos recursos, porque sem eles não vamos chegar a lugar nenhum. Eu sei que a disposição desta Casa é chegar aos 10%. Não tenho nenhuma dúvida disso; é a tendência. Agora, quando eu fui Secretário de Estado, conversando com o Governador sobre a minha Pasta, eu sabia exatamente a que o Governador estaria disposto a chegar num planejamento da Secretaria.

Eu indago a V.Exa. o seguinte: com relação ao Plano Nacional de Educação — V.Exa, já conversou com a Presidenta algumas vezes sobre isso, e aí, há a perspectiva do pré-sal — V.Exa. acha que há disposição da Presidenta de chegar aos 10% e usar os recursos do pré-sal para o Plano Nacional de Educação?

Eu sei que a vontade de V.Exa. é chegar aos 15%, 12%, 10%. Mas eu digo assim: sabemos, conversando com a nossa superiora, se há ou não essa



disposição, porque, provavelmente, ela deve ter falado com o senhor muito francamente: “*olha, não dá*”, ou “*dá*”. Quero saber se V.Exa. tem essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Izalci, gostei.

Deputado Renan Filho, obedecendo à ordem rigorosa da sua inscrição, a palavra está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Muito obrigado, Presidente, por ter assegurado a ordem das inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Renan, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Nobre Ministro Fernando Haddad, é um prazer tê-lo aqui, nesta Comissão Especial. Já tínhamos conversado na Comissão de Educação anteriormente.

Eu quero, Ministro, ater-me a dois assuntos: a educação em tempo integral, que foi pouco tratada aqui, e a educação profissional de nível médio, da qual o Deputado Artur tratou de alguns pontos e eu quero tratar de outros.

Primeiro, em relação à educação em tempo integral, Ministro, que é a Meta 6 do Plano, qual o modelo que V.Exa. pensa ser ideal? Porque parece que não há conceito ainda de educação de tempo integral, não temos uma linha de como será no Brasil etc.

Quero acoplar a essa pergunta uma outra: o MEC estuda propor um modelo de educação em tempo integral para o País, para ser utilizado no País como um todo?

Por fim, ainda nessa parte de educação integral, para cumprir a Meta 6, será necessário construir muitas escolas. A Meta 6 pretende que haja educação em tempo integral para 50% dos alunos, que é muita coisa. Não é aumentar em 50%, mas ofertar educação integral a 50% dos alunos do ensino básico.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, é o contrário, Deputado. A proposta diz “50% das escolas”.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Das escolas.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Das escolas.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Essa é a meta.



O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Essa é meta.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não é dos alunos, é das escolas.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Das escolas. Tudo bem.

O Sr. Ministro não acha tímido o programa do Ministério de investimento na construção de escolas?

Essas são as três perguntas sobre educação integral.

Sobre a educação profissional, ontem tivemos uma audiência muito proveitosa nesta Comissão, em que ficou claro que a maior dificuldade para a educação profissional no Brasil é a formação de professores; não temos professores especialistas para ministrar as aulas. Quais medidas serão tomadas pelo Ministério da Educação no sentido de capacitar professores para que possamos cumprir a Meta 11, que é duplicar o ensino técnico-profissional no Brasil?

E, Ministro, por que há tanta diferença entre os institutos federais e as universidades federais? Por que a qualidade do ensino não é a mesma? Queria saber de V.Exa. qual é a sua opinião com relação a isso.

Por fim, temos uma emenda ao orçamento muito interessante, em minha opinião, que possibilita a apresentação de emendas parlamentares, ao invés de seguirmos essa peregrinação para que uma Prefeitura ou Governo de Estado consiga executar um recurso, através de emenda — transformando-a em contrato de repasse —, e isso tem uma burocracia muito grande. O que o senhor acha da proposta de, por meio da apresentação de emendas, permitirmos a transferência de recursos, fundo a fundo, do Governo Federal para os Municípios e os Estados, nas áreas de educação e saúde? Isso é uma coisa nova que possibilitará a aceleração dos investimentos nos Municípios, sobretudo naqueles mais pobres.

Eram essas as minhas perguntas. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - O Deputado Gastão Vieira saiu por alguns momentos. Então, eu vou passar a palavra ao Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Presidenta, companheira Deputada Teresa Surita. Cumprimento todos os colegas da nossa Comissão, o Ministro e o nosso Relator, companheiro Angelo Vanhoni.



Eu não posso deixar de fazer, Ministro Fernando Haddad, uma consideração preliminar antes das considerações sobre o PNE, um reconhecimento, como educador, ao extraordinário desenvolvimento que tivemos no País a partir do Governo do Presidente Lula. Todas as conquistas, em todas as falas que ouvimos aqui, não só nacionais, como internacionais, aconteceram porque o Presidente Lula teve a coragem de estabelecer uma ruptura com a lógica que presidia os assuntos da educação neste País até então, lógica essa presidida pelas orientações do Banco Mundial.

A ruptura com a lógica do Banco Mundial foi o que permitiu esses avanços como um todo, os quais V.Exa., no comando do Ministério por 5 anos, pode introduzir de maneira absolutamente competente, num crescente que nos leva hoje a resultados, embora longe do que queremos, muito diferentes daqueles que tínhamos.

É importante que a comunidade educacional e os colegas da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação conheçam o conteúdo daquilo que o Banco Mundial recomendou e o Governo brasileiro adotou, infelizmente de maneira acrítica, de certa forma prejudicando, ou congelando, a expansão da universidade pública; impedindo a criação de escolas técnicas pela Lei 9.649, de 1998; provocando um extraordinário arrocho nos salários — falo como professor universitário — de professores e de servidores, o que ensejou um conjunto enorme de greves da ANDES, da FASUBRA, que criaram uma carreira única no Brasil, o que é uma conquista fundamental.

Eu me somo às preocupações de que superemos também, pelo diálogo, como V.Exa. ratificou, a discussão neste momento com as entidades, com a ANDES e a FASUBRA, e todos os demais problemas que aconteceram no Brasil quando a lógica da privatização superou a lógica da presença do Estado na escolaridade, desde a educação das criancinhas até a pós-graduação.

Posto isso, queria fazer algumas considerações no que concerne a este novo momento, a esta nova lógica que presidiu as nossas Conferências quanto à participação da comunidade ao longo dos últimos 8 anos, a quarta em especial, com a elaboração do Plano Nacional, que V.Exa. e o Presidente Lula encaminharam à consideração desta Comissão e desta Casa.



Gostaria de dizer que estamos fazendo um esforço muito grande para ampliar o processo de discussão do Plano Nacional, como é o objetivo de todos nós. Recentemente, na Assembleia Legislativa de São Paulo, algumas semanas depois que V.Exa. lá esteve para apresentar e fazer esta discussão com os Deputados Estaduais, fizemos um grande evento da Comissão. Tive a honra, por delegação do Deputado Gastão Vieira, de coordená-lo. Trabalhamos das 9h30min da manhã até as 19 horas, com várias mesas, ouvindo vários segmentos — sindicais, acadêmicos, escolares, universitários, parlamentares —, em parceria com a Assembleia Legislativa, e trouxemos várias contribuições à consideração do Deputado Angelo Vanhoni, que lá estava, assim como a Deputada Teresa Surita e o Deputado Gastão Vieira, além dos nossos outros cinco colegas paulistas que compomos esta Comissão.

A minha questão também — a única que tenho e quero levar à sua consideração — diz respeito às Metas nºs 17 e 20, que tratam da valorização do magistério e a do financiamento, que são os pilares sobre os quais se assentam todas as outras 18 metas.

Nós temos hoje de investimentos, segundo a nossa assessoria parlamentar, somando União, Estados e Municípios, algo em torno 160 bilhões de reais em educação, o que dá um percentual de mais ou menos 5%. É isso. É um pouco mais?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - São dados de 2009, sobre os quais esse Plano se debruçou.

Ainda nesse ano-base 2009, se nós devemos caminhar para os 10%...

Antes de falar sobre isso, quero ajudar, socorrer o Deputado Izalci na pergunta instigante que fez, lembrando-lhe — para todo o nosso conforto e o de V.Exa. — que, conquanto eu, membro do Partido dos Trabalhadores, vá trabalhar para que a Presidente Dilma se reeleja, o mandato dela por enquanto é só de 4 anos. Logo, os 7% dizem respeito apenas a 4 anos, o que nos dá oportunidade de sonhar com os 10% em 2020.

Portanto, estou seguindo essa mesma lógica. Ao seguir essa mesma lógica, deparo-me com o problema central que V.Exa. nos propõe: ousadia e



responsabilidade. Como chegaremos dos 160 bilhões de reais a 320 bilhões de reais — dados de 2009 — em 2020?

E aqui, fazendo justiça também aos Prefeitos, sobretudo à Frente Nacional de Prefeitos, que cerrou fileiras com esta Casa — eu era Secretário-Geral da Frente, como V.Exa. lembra — para ajudar a defender o piso salarial, o FUNDEB, diferentemente de movimentos de outros colegas Prefeitos e de Governadores, inclusive cinco dos quais entraram com ação de inconstitucionalidade em relação ao próprio piso, quero dizer que, por outro lado, a composição dos 5% do PIB, cerca de 80%, salvo melhor juízo, pelos dados da consultoria parlamentar, cabem a Estados e Municípios. Passaremos de 160 bilhões de reais para 320 bilhões de reais para a educação como um todo com a atual estrutura tributária, com a atual estrutura de concentração. Vejo, portanto, que nós precisamos encontrar as fontes para chegarmos aos 320 bilhões de reais.

Na minha proposta de emenda eu apresento as seguintes considerações. A primeira delas: V.Exa., com a proposição histórica de recuperar a concepção de 1988, acabando com a DRU, já nos aponta aumentos crescentes do Orçamento Geral da União — primeira fonte. Segunda fonte: todos nós queremos o pré-sal, mas ela só vai se estabilizar em 10 anos, quando o Plano estiver se concluindo do ponto de vista técnico, tecnológico da exploração das bacias.

É preciso que nós compreendamos, portanto, que, para alcançarmos esse incremento, o dinheiro tem de vir de algum lugar. A reforma tributária é irmã gêmea do Plano Nacional de Educação. Caso contrário, nós não conseguiremos atingir, de uma maneira responsável, com o crescimento do País, a meta dos 10% do PIB em 2020.

Ministro e colegas, não sei se o sistema financeiro exerce algum grau de mitologia. Nós não tratamos de pensar o que poderíamos fazer com os extraordinários lucros que o sistema financeiro tem neste País, por conta até dos mecanismos inalterados de utilização dos juros como instrumento, na verdade, do equilíbrio econômico que nós alcançamos. Por que não o FUNDEB ser alimentado com recursos do sistema financeiro, com uma parte do lucro extraordinário que vem recebendo? Esse é um tema que quero colocar em discussão nesta nossa Comissão Especial.



V.Exa. já disse que o processo da Prova Brasil está quase concluso com as entidades para que seja objeto da nossa consideração no plenário. Nós já tínhamos visto — e o Deputado Raul Henry vai falar sobre isso — que a responsabilidade educacional se soma à responsabilidade fiscal, trazendo dificuldades, portanto, do ponto de vista da compreensão dos gestores dos entes federados, União, Estados e Municípios.

Para mim, nós vamos ter que ter mais um avanço, que é desarquivarmos um projeto da maior importância que o ex-Deputado Carlos Abicalil, hoje Secretário de V.Exa., apresentou à consideração desta Casa mas não foi votado. Com a anuência do nosso Deputado, estou desarquivando o projeto, repaginando-o, trabalhando alguns dados. Na próxima semana, eu o apresentarei à consideração da Casa, com a proposta de instalação da carreira do professor no Brasil. Não basta a Prova Brasil; é preciso que a carreira do magistério seja elevada à categoria de carreira de Estado para que a educação possa superar as dificuldades que hoje a Constituição Federativa do Brasil impõe. Então, isso vai estar à consideração dos meus pares na Comissão de Educação tão logo representemos a proposição na semana que vem.

Portanto, diretamente a V.Exa., a minha pergunta é: não seria fundamental que nós agregássemos uma fonte a mais além da DRU e do pré-sal, pois ainda não sabemos qual vai ser a partilha dos *royalties* pelas sete áreas do Fundo Social? Com a reforma tributária, não poderia haver uma fonte adicional que alimentasse o FUNDEB a partir do setor que hoje mais lucra dentro da economia brasileira, que é o setor financeiro? E qual a sua opinião sobre a ideia de carreira de Estado para o magistério, para a educação básica, portanto?

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Newton Lima.

O Deputado Gilmar Machado — quando chamado não se encontrava presente no plenário — pede para falar. Pergunto se a Deputada Fátima Bezerra cede o lugar ao Deputado Gilmar.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Com a maior prazer. O Deputado Machado está na Comissão de Orçamento cuidando do dinheiro da Educação. (*Risos.*) Vamos deixá-lo falar; depois, ele volta para lá.



O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Obrigado, Deputado Gastão, nosso Presidente, que hoje à noite vai nos dar uma festa pelo seu aniversário. *(Palmas.)* Nossos cumprimentos a V.Exa.

Quero dizer que é uma alegria estar aqui. Peço desculpas ao Ministro. O Secretário do Tesouro estava na Comissão de Orçamento, e eu estava coordenando os trabalhos ali, tratando dos Restos a Pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vão pagar os Restos a Pagar, Deputado?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Agora a nossa Ministra Ideli Salvatti está tratando exatamente dessa questão, juntamente com a nossa Ministra Gleisi Hoffmann. Então, nós vamos ter agora uma pauta mais positiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Está todo mundo na Comissão de Orçamento? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Ministro Fernando Haddad, em primeiro lugar, quero agradecer a V.Exa. e à sua equipe. O Arlindo e o Paulo Ergon estiveram conosco, a pedido do Chagas, para os debates sobre o PNE que promovemos.

Como o Deputado Gastão nos orientou, fizemos quatro grandes debates, com mais de 2 mil presentes, entre representantes de escolas, educadores, gestores. Nós tivemos mais de 50 cidades participando dos debates. Então, quero agradecer a todos. Alguns viajaram de carro: saíram daqui às 10 horas da noite, e às 5 horas da manhã nós os buscamos para levá-los ao local dos debates. Quero agradecer a ajuda que está sendo dada para que possamos fazer este debate também no interior — não só as capitais participam desta discussão. Estivemos também em Belo Horizonte, com o Deputado Gastão e o nosso Relator, Deputado Angelo Vanhoni. O Deputado Eduardo Barbosa fez um trabalho belíssimo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Acho que esta é a coisa importante: fazer com que a sociedade se envolva neste debate.

Se a primeira pergunta que quero fazer estiver repetida, peço que me desculpem. Como negro, não poderia deixar de externar a importância de realmente colocarmos em prática a Lei nº 10.639, de 2003, que foi a primeira lei sancionada pelo Presidente Lula. Nós estamos numa batalha e esperamos que o Plano



realmente possa nos ajudar a fazer com que, de fato, a lei saia do papel e se torne realidade. Não só para a comunidade negra, mas para o Brasil, é importante que possamos fazer com que, em cumprimento da Lei nº 10.639, o ensino sobre a África seja oferecido não só na educação básica, mas nas universidades. Havia um debate na Universidade Federal de Uberlândia, que agora criou um grupo para ver a forma como será feita a introdução disso, inclusive nos próprios cursos que devem preparar os professores que vão trabalhar com a lei. Então, essa é a primeira questão. No Plano, ela está apenas como uma ação, e não como uma meta. Não sei caberia estabelecê-la como meta, mas nós poderíamos melhorar as estratégias para que pudéssemos chegar a isso.

A segunda questão diz respeito à educação especial, que o Deputado Eduardo Barbosa já deve ter citado. Essa é uma questão essencial que temos que tratar. Dá para trabalhá-la na escola inclusive, mas há uma parte que temos que cumprir. Temos que desenvolver a convivência nas escolas especiais — há a questão do bilíngue para os surdos, e assim por diante. Acho que nós temos que trabalhar melhor essa questão.

Terceiro, o Deputado Newton já falou aqui sobre a questão do piso. Hoje é um drama. Minas entrou de greve para que seja cumprido o piso. É duro. Votamos uma lei, depois os professores têm que fazer greve para que se cumpra uma lei federal. Aí não dou conta. Para que estamos fazendo lei aqui? Fazemos uma lei, e depois têm que fazer greve para que seja que a lei seja cumprida.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI- O Deputado tem que trabalhar em dobro: fazer a lei e depois ajudar na greve. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Temos que tentar acertar alguma coisa. Ministro; temos que chegar a um acordo com os Governadores e Prefeitos. Não adianta votarmos o Plano Nacional e depois os Governadores e Prefeitos não quiserem cumpri-lo. Vamos ficar fazendo trabalho que não vai ter resultado. Temos que fazer um ajuste nesse processo.

A última questão: eu realmente estou convencido — e na Comissão de Orçamento vou trabalhar para esse processo — de que temos realmente de fazer um cronograma sobre a questão dos 10%. Acho que começar com 10% ano que vem talvez tenhamos dificuldade, mas podemos começar com 7%, fazer uma escala



de 7%, 8%, 9% e chegar a 10% em 2020. Eu, pessoalmente, vou me empenhar na Comissão de Orçamento para convencer a área econômica, no que for possível, para que possamos colocar, de fato, o Plano Nacional como meta. Agora ele já vai ter a meta estabelecida pelo Governo de 7%. Não a tivemos no Plano passado — colocamos a meta, e o Governo a vetou.

Eu acho que a educação é fundamental. Temos que começar com 7% e, em 10 anos, fazer uma escala, dividir os outros 3% por ano, e a cada 3, 4 anos ir aumentando 1%, até chegar a 2020 com 10%. Eu acho que o Governo quer isso, e hoje a situação econômica do País permite que façamos isso. Acho que temos que ter um trabalho para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou passar a palavra ao Deputado Raul Henry, que era o inscrito seguinte e que precisa ir rapidamente à Liderança. Depois retorno a palavra à Deputada Fátima Bezerra e ao nosso Relator, que pediu a palavra.

Deputado, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Meu caro Ministro, fiquei muito impressionado quando da sua fala, pelo aspecto da consciência da responsabilidade que se tem que ter em relação a uma lei como essa.

Essa lei tem uma característica muito peculiar, é que não há sanção para quem não a cumpra. O Plano é basicamente uma carta de intenções, e isso suscita iniciativas muito concessivas da parte do Parlamento, suscita iniciativas descoladas das realidade.

Então, o tom da sua fala me chamou muito a atenção, pelo compromisso, pela responsabilidade com que o senhor tratou esse tema. Eu acho que é necessário ser vigilante em relação a ele.

Mas há outro aspecto que nós tratamos com o Deputado Newton Lima. Há uma mobilização de um conjunto de Deputados da Comissão de Educação, para que nós instalemos a comissão de responsabilidade educacional. Nós sabemos que o controle social sobre a qualidade da educação no Brasil é muito frágil. A classe média resolve o problema dos seus filhos na escola privada e, lamentavelmente,



quem está na base da pirâmide, os mais pobres, não têm condição de realizar o controle social sobre a qualidade da educação.

Nós todos aqui participamos de eleições e vimos dados de pesquisas. A educação nunca aparece como um problema. Quando nós vemos os principais problemas do Brasil, em qualquer pesquisa qualitativa: desemprego, segurança e saúde, e, quanto à educação, a população, infelizmente, não tem consciência do quanto é necessário avançar na qualidade da educação.

Então, essa comissão da lei de responsabilidade educacional é fundamental para nós criarmos alguns mecanismos para pressionar os gestores públicos a cumprirem metas estabelecidas no Plano. Nós sabemos o quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal alterou a cultura da gestão fiscal no Brasil, o quanto ela foi fundamental para que o Brasil pudesse crescer de forma sustentável.

Então, nós temos a grande expectativa de instalar essa comissão, para podermos também criar mecanismos para o cumprimento das metas do Plano, e outras metas que nós venhamos a acrescentar nessa legislação.

Eu quero chamar a atenção para isso, e mais uma vez parabenizá-lo pelo tom de responsabilidade em relação às metas que foram colocadas no Plano Nacional da Educação.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, antes da Deputada Fátima, eu quero fazer uma pergunta dentro do que o Deputado Gilmar Machado falou.

Ministro, tem uma meta que eu não sei como nós vamos atingir — e eu não vi as emendas que foram feitas —, que é a meta que diz respeito à equiparação do salário dos professores aos profissionais e equivalentes. Se nós formos pegar a informação hoje, estaria perto de 3 mil ou 3 mil e 500 reais. É a comparação, pelo menos que eu levantei.

Quem é que vai pagar isso? Como é que vai ser feita essa valorização do magistério? Os Prefeitos? Os Estados? De onde vai sair o dinheiro para isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Molon, V.Exa. cede para a Deputada Fátima?

Eu quero até propor o seguinte: a Ordem do Dia está para começar, tem uma matéria importantíssima hoje a ser votada, e o Governo está exigindo a presença da



sua base. Talvez fosse melhor nós irmos direto e deixar o Ministro responder aquilo que julga mais importante, porque se pararmos nos seis, o Ministro responde e recontinuarmos, com certeza, vamos dar de cabeça com a Ordem do Dia e o sistema de votação.

Bom, aí eu vou quebrar a minha regra. Nós temos a Deputada Fátima, Deputado Molon, Deputado Nelson, Deputado Paes Landim, que eu acho que não está mais presente, Deputado Joaquim Beltrão, Deputado Pastor Marco Feliciano, Deputado Rogério Marinho, Deputado Ivan Valente e Deputado Wellington,

O Ministro está aqui espontaneamente, nós conduzimos uma das audiências públicas mais tranquilas que eu já tive oportunidade de presidir nesta Casa, então nós vamos ter que combinar o seguinte: três minutos para cada um.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Até que enfim, Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Devia ter falado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Espero ser atendido.

Deputada Fátima.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Com a toleranciazinha de sempre, Deputado. *(Risos.)*

(Não identificado) - Logo na hora da Deputada Fátima. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Eu quero, inicialmente, Ministro, lamentar a forma como alguns setores da sociedade se posicionaram recentemente nessa polêmica do livro didático. Eu me refiro ao livro da Heloísa, *Por uma Vida Melhor*. Quero inclusive saudar V.Exa. pela firmeza com que defendeu o trabalho da Heloísa. Eu confesso que fiquei assustada, até porque me parece que muitos dos que fizeram a crítica sequer tiveram o cuidado de ler o livro. Alguns setores, infelizmente, no afã de fazer oposição ao Governo, têm enveredado pelo caminho de “ideologizar” esse debate, o que não nos acrescenta absolutamente nada.

Também fiquei assustada com a forma como o Escola sem Homofobia foi tratado aqui no Congresso. Alguns trataram o tema de forma até oportunista, de forma até chantagista. Mas quero dizer a V.Exa. que já há requerimentos aprovados no âmbito da Comissão de Educação e Cultura para que nós façamos esse bom



debate. O MEC vai estar lá. Espero que nós façamos esse bom debate exatamente para separar o joio do trigo.

Com relação ao PNE, eu tenho participado muito de debates pelo País afora. Na segunda-feira passada fizemos em Natal, Rio Grande do Norte, uma audiência pública muito boa. O Deputado Angelo Vanhoni lá esteve. Eu sempre tenho ressaltado, Ministro, que o PNE 2001/2010, cuja vigência terminou, deixou algumas lições muito amargas. Primeiro, a lição de que foi um fracasso. E foi. Mais de dois terços das suas metas não foram atingidas.

Entre os fatores que mais contribuíram para a não realização das metas do PNE 2001/2010 eu destacaria, de um lado, sua concepção equivocada, fragmentada, a focalização no ensino fundamental, e de outro lado o veto ao financiamento, porque não se faz uma educação de boa qualidade sem o financiamento adequado. Também destaco o método. Infelizmente, o projeto que chegou ao Congresso Nacional, na década de 90, não acolheu o amplo debate que houve com a sociedade civil durante o período.

O PNE de agora, Ministro, recebe quase 3 mil propostas de emenda. Só eu apresentei mais de 400 emendas. Na verdade eu fui apenas porta-voz do debate feito na sociedade. As emendas que eu apresentei têm assinatura da Campanha pelo Direito à Educação, da CNTE, de entidades do campo acadêmico, como ANPEd, ANFOPE, CEDES, UBES, UNE. Mas o que eu quero colocar é que é importante que nós tiremos lições, e o debate que nós estamos fazendo agora acerca deste projeto tão importante para a educação brasileira, Ministro, nos leva pelo rumo certo. Esta profusão de emendas, se de um lado expressa o desejo de participação da sociedade, como muito bem mencionou V.Exa., por outro lado também expressa a necessidade de fazermos ajustes no projeto, de aperfeiçoá-lo, até porque nem todas as propostas deliberadas na CONAE estão no projeto original.

Quero destacar, Ministro, que tanto as metas que tratam da formação quanto as que tratam da gestão democrática, as metas que tratam da valorização salarial e profissional e a meta 20, que trata do financiamento, sem prejuízo das demais, eu julgo que são metas decisivas para que nós de fato possamos avançar, não só acolhendo as nossas crianças, jovens e adultos, mas também garantindo a elas uma educação de qualidade. E eu não posso conceber nós conquistarmos a tão sonhada



qualidade de educação no Brasil se não tratarmos, Deputado Newton Lima, com muita seriedade, da formação da carreira e do salário do magistério.

Já foi dito aqui que há greve em mais de 14 Estados. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, neste exato momento já tem mais de 40 dias a greve dos meus colegas professores da rede estadual. E lá, infelizmente — a Governadora até já esteve com V.Exa. —, até o mês passado nem sequer o piso salarial estava sendo cumprido. Isto é uma vergonha, mas eu tenho que dizer que, no Rio Grande do Norte, até o mês passado um professor estava ganhando 635 reais por 30 horas. Eu não estou falando de uma cidadezinha pequenininha lá do meu Estado, venham ver que tenha 3 mil habitantes. Estou falando, Ministro, de um Estado da Federação. E, infelizmente, esse não é um “privilégio” — entre aspas — do meu Estado. Vários Estados estão descumprindo a lei do piso.

Portanto eu penso que nós estamos diante de uma oportunidade ímpar, muito importante, e sei o quanto V.Exa. está empenhado nessa luta de com o Plano Nacional de Educação nós apontarmos o rumo para de uma vez corrigirmos essa situação.

Quero destacar, entre as propostas de emenda que nós apresentamos, Ministro, a que trata do piso salarial dos profissionais de educação. Primeiro, nós estamos corrigindo, não se trata de aproximar. Por que aproximar? Vamos equiparar. Por que é que um professor formado, depois de fazer todo esse esforço, tem que ganhar menos do que ganham os demais profissionais de nível superior? Então, ao invés de aproximar, é preciso igualar. Em segundo lugar, Ministro, nessa meta tem de ficar muito claro o mecanismo de reajuste, a vinculação da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial, de forma que o piso esteja associado à carreira, e, como muito bem disse o Deputado Newton, que a carreira de professor inclusive tenha o *status* de carreira de Estado, dado o papel relevante e estratégico que ele exerce. Por fim, Ministro, nessa meta nós queremos dar conta dos demais profissionais de educação, os funcionários, SGs, os técnicos de nível médio, os técnicos de nível superior.

Mas é evidente que, para avançarmos nisso tudo — aproveito para dialogar com o Deputado Angelo Vanhoni sobre a fonte de recursos, sobre quem vai pagar essa conta —, dependemos da meta do financiamento. Eu estou convencida,



Ministro e Deputado Vanhoni, de que não há como não consignar no novo Plano Nacional de Educação 10% do PIB para a educação. Na verdade nós vamos melhorar o Plano, desde as metas de expansão, e, se vamos melhorar o Plano a fim de que ele tenha metas mais ousadas, os 7% do PIB não serão suficientes, vamos ter de alocar mais dinheiro para a educação. Está aí o debate do pré-sal. Eu deixaria para V.Exa. comentar uma proposta apresentada pela Campanha pelo Direito à Educação de tirar 5% do lucro líquido das estatais para compor o financiamento da educação.

É isso, Ministro. Acho que nós vivemos um momento muito importante. Quero saudar V.Exa. e toda a sua equipe. Saúdo o Deputado Carlos Abicalil e registro nossa alegria de tê-lo aqui, um companheiro que tem muito a ver com essa história, que muito contribuiu para essa luta e hoje está lá na gestão, enquanto colaborador da política do nosso Governo para a área de educação.

E também quero dizer a V.Exa., Ministro, que a Comissão de Educação e Cultura, parceira da Comissão Especial, tem se dedicado muito ao debate do PNE. Quanto mais debate, melhor. Nós estamos aqui imbuídos de aprovar não apenas um plano de Governo. Muito mais do que isso, estamos diante de uma política de Estado para nos fazer avançar no que diz respeito a responder aos desafios presentes e futuros da educação do nosso País.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Eu passo a palavra agora para o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputada Teresa Surita. Cumprimento V.Exa., na Presidência dos nossos trabalhos. Quero também agradecer a presença ao Sr. Ministro e cumprimentá-lo por todo o trabalho feito à frente do Ministério, pela dedicação, pelo empenho, pela capacidade, e também por esse plano enviado a esta Casa.

Sr. Ministro, por economia de tempo, para que todos possam falar, em respeito aos colegas que estão inscritos, eu trago a V.Exa. basicamente duas questões, além da informação da greve que ocorre neste momento no Estado do Rio de Janeiro, que tem relação direta com a Meta 17, com o problema da valorização dos profissionais de educação, com o salário de fome que muitos professores ganham. Há pouco o Rio de Janeiro mobilizou-se intensamente em defesa de uma



categoria que vem sendo aviltada, que é a categoria dos bombeiros, uma corporação militar, e os nossos professores, que apoiaram a luta dos bombeiros, muitos deles recebem menos ainda do que os bombeiros, e infelizmente tem sido difícil fazer com que a sociedade acorde para a gravidade desse fato.

Sem qualquer desprezo — eu estive à frente, lá, da luta em defesa dos bombeiros —, sem qualquer desprezo à atividade deles, é também de suma importância a atividade do professor, e infelizmente uma greve dos professores não tem tido, as greves deles não têm tido a mesma capacidade de sensibilizar a população quanto à gravidade do que ganha um profissional de educação hoje em dia, e essa categoria conseguiu de alguma maneira sensibilizar a sociedade, talvez pelo fato de que essa categoria consiga mostrar para a sociedade a importância dela na manutenção da vida, no salvamento de vidas, e talvez muitos não se deem conta da importância do profissional de educação para a vida que está sendo construída nas escolas, das nossas crianças, dos nossos adolescentes e jovens, não é?

Então, lá no Rio de Janeiro, neste momento a categoria dos profissionais de educação encontra-se em greve, os professores da rede estadual. Trago essa informação a V.Exa.

E deixo duas perguntas. Primeira: muitas matérias têm sido feitas, de jornal, muitas reportagens, revelando o recorrente problema de desvios de recursos da educação, não é? São das mais diversas as formas que inventam para desviar dinheiro da educação. E na nossa... na Meta 20, além da previsão de ampliação do investimento público, de ampliação progressiva do investimento público, a estratégia 20.4 é: *“fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização do recursos públicos aplicados em educação”*. Eu pergunto a V.Exa.: será que nós não precisamos ir além e não apenas fortalecer esses mecanismos, mas talvez garantir publicidade total da execução orçamentária e financeira dos recursos da educação, garantir talvez em tempo quase real, ou perto disso, para aumentar o controle social sobre os recursos da educação, já que esse tem sido um problema grave, o de desvio, na ponta, dos recursos da educação? Então, essa é a primeira pergunta.

A segunda e última pergunta: quanto à garantia do financiamento permanente que aparece na estratégia 20.1, V.Exa. não considera que nós precisamos avançar



um pouco, talvez definindo melhor, nessa ampliação dos investimentos em educação, qual vai ser a responsabilidade de cada ente federado? De que maneira a União poderá contribuir de forma mais decisiva para a ampliação desse percentual do PIB, e também os Estados com maior capacidade arrecadatória, em solidariedade, talvez, aos Estados que conseguem arrecadar menos, já que nós estamos falando aqui de um plano para a educação do nosso País? De que maneira podemos reequilibrar ou redividir essa responsabilidade dos investimentos em educação nos próximos anos?

São essas as duas perguntas. Muito obrigado a V.Exa. pelo seu trabalho, pela sua presença e, desde já, pelas suas respostas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Agora vai falar o Deputado Nelson Marchezan.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Boa tarde, Ministro. Fui muito bem recomendado aqui quanto à minha fala; então, vou tentar ser breve.

Eu vou iniciar por uma questão, a questão de financiamento, e a pergunta é: de onde virão os recursos? Hoje a União participa, com de 20% a 25%, de todas as despesas de educação do Brasil. Seria mais ou menos, não é? De 20% a 25%. O restante é metade das Prefeituras, metade dos Estados.

Nós aprovamos um piso aqui — nós, não; eu não estava aqui —, um piso absolutamente inviável para a maioria dos Estados e Municípios. Lá onde o ex-Ministro da Educação, seu colega Tarso Genro, é Governador do Estado, não se cumpriu. Ele inclusive orientou a base a não votar, a votar contra uma emenda, num projeto de aumento do magistério que garantia o cumprimento do piso ao longo dos 4 anos, e a base votou contra essa emenda. O Governo não cumpre e não vai cumprir o piso, porque ele é irreal, dentro das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Então, aprovou-se uma lei de fantasia, não é? É uma lei bastante eleitoreira, que na prática não vai ser cumprida, por força de fatores racionais, de fatores financeiros.

Então, de onde o Governo vai tirar? O que o Governo Federal pretende? Ele pretende jogar os custos para os Estados e os Municípios, para que isso se torne uma questão política? Vão diminuir os investimentos em segurança, em saúde, vão diminuir os investimentos na verdade públicos, e nós já estamos entre os menores,



em investimentos, de todos os países do mundo. De onde virá isso? Vamos diminuir ou aumentar o período de trabalho para aposentar os professores? Qual será a fonte real desses recursos? Porque dizer que vão ser 7% ou 10% é muito fácil. O papel aceita tudo, não é? Mas a União não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a União também não é obrigada a cumprir os percentuais de saúde, e agora nós vamos criar uma outra meta ilusória como salário? Então, praticamente, objetivamente: de onde virá esse recurso?

A segunda questão: nós melhoramos, sim, melhoramos porque tivemos, teremos, estamos tendo, iniciando um bom desenvolvimento demográfico, temos uma economia mundial, que em 2003/2004 teve um grande crescimento, estabilidade econômica ao longo dos últimos 15 anos, e isso foi gerando efeitos, algumas políticas educacionais corretas, mas nós não temos uma mensuração — e aqui eu pego o discurso da Deputada Teresa —, uma mensuração dos últimos 10 anos, um diagnóstico efetivo, Ministro. Isso seria importantíssimo. Nós recebemos um material aqui que é uma importante leitura, que é conceitual, que agrega, mas ele também traz muitas informações aqui do IBGE, do PNAD, do Censo Escolar, enfim, informações um tanto quanto dispersas, mas não uma análise técnica que se possa considerar, pela nossa equipe técnica aqui da Câmara, da área de Educação, um diagnóstico do último PNE, para que nós pudéssemos então ter uma leitura desses últimos 10 anos, pragmática, técnica, da educação no Brasil.

Em terceiro, aqui, o Deputado Esperidião Amin teve de sair, e também deixou, e é pauta, uma das emendas, uma emenda dele e minha também, sobre uma avaliação em audiências públicas aqui (ele colocou na emenda dele a cada ano, eu acho) pelo Congresso e pelo Senado. Eu não sei exatamente o que ele gostaria de saber, mas eu deixo a questão, para que de repente o senhor possa fazer um comentário sobre isso, para que eu possa levar a ele o seu comentário sobre essa avaliação.

Parece-me que nós estamos num avião e não podemos pousar, não é? É para nós termos apenas três, quatro metas, e focarmos nessas metas. Eu acho que uma criança de até 3 anos, naquela importante fase de formação das sinapses, da personalidade, vai ter até 3 anos uma vez na vida. Um adolescente vai ser adolescente uma vez na vida. Um jovem... Enfim, nós precisamos, imagino que



precisamos ter, sim, várias metas a cumprir nesse tempo, mas o mais importante talvez, neste momento, uma das questões mais importantes é qualidade. Por que não tornarmos o ENAD, aqui seguindo o que Dorinha disse, um sistema obrigatório? Obrigatório para os profissionais da área de docência, não é? Para poder dar aula eu tenho de passar por isso, eu tenho de obter uma nota do ENAD, eu tenho de fazer o exame; por que não isso, para que nós pudéssemos então avaliar e — aí, sim — trabalhar realmente na qualidade dos professores e na qualidade de ensino? E onde mais o senhor vê que nós poderíamos pôr o foco, ou que nós podemos pôr, ou onde está o foco na qualidade do ensino brasileiro em todos os seus níveis?

E, por fim, quero apenas convidar V.Exa. para que volte aqui. Nós vamos ter a apresentação pelo Relator do seu substitutivo, vamos apresentar mais emendas. Mas que o senhor volte aqui, nesse período, com dados objetivos, para que nós possamos conversar mais e ter mais uma oportunidade valiosa como a que nós estamos tendo hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Nelson Marchezan Junior.

Deputado Paes Landim, V.Exa. voltou no exato momento em que eu não ia lhe chamar. Então, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Ministro, eu li atentamente o Plano Decenal da Educação, muito bem elaborado por V.Exa. Eu só queria, se me permitir, fazer duas observações.

Eu achei que o INEP ficou muito *en passant* no plano. O INEP, criado por Anísio Teixeira, praticamente por Anísio Teixeira — e eu tenho esta honra de dizer: foi graças a um projeto de lei meu que o nome é Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira —, eu acho que deveria ter um papel mais preponderante, naquilo que diga respeito ao ensino básico e fundamental, sobretudo. Foi esse o desiderato para o qual Anísio Teixeira o criou, e não para o que o MEC o está transformando, para ser um instrumento de avaliação de universidades etc., etc. Quer dizer, está completamente distorcido. Em seu discurso de posse ele já dizia quais os objetivos do INEP. E nesse discurso ele propôs o famoso fundo que foi criado vários anos após, que é o famoso FUNDEB, que, aliás,



deveria ter o nome dele: Fundo Anísio Teixeira, em homenagem a esse que foi o maior educador brasileiro de todos os tempos.

Mas há um outro aspecto para o qual eu queria chamar a atenção de V.Exa. Chamar, não; perdoe-me a liberdade: eu acho que no Brasil, Sr. Ministro, nós temos 40 universidades federais; eu já disse na Câmara, há algum tempo, que em vez de o Estado de Minas Gerais ter 20 e o Rio Grande do Sul 20, deveria haver uma universidade no Estado do Rio Grande do Sul. Seria uma diminuição de custo fantástica, não é? Haveria os campi e haveria uma universidade em cada Estado, em vez de haver uma em cada cidade etc. , etc. Mas isso não vem ao caso. Eu acho que V.Exa. deveria imaginar: como nós vamos ter 40 universidades federais de excelência? Se pudéssemos criar quatro ou cinco centros de excelência em universidades públicas, eu acho que já seria um grande ganho para a melhora da qualificação do ensino brasileiro. Em universidade pública! O ensino vai ter 40 centros de excelência? Eu acho que V.Exa. deveria insistir em criar centros de excelência dentro desse contexto, dessas escolas federais, alguns centros de excelência, em determinadas áreas: centros de excelência em ciências, em matemática, em física, em medicina, enfim, como têm os Estados Unidos; determinadas universidades, mesmo particulares, elas têm sempre uma especialidade específica, e destacam-se exatamente por determinadas áreas a que elas se dedicam.

Eu acho que o Brasil não vai conseguir do Oiapoque ao Chuí ter o mesmo número de universidades, o mesmo número de cursos, de faculdades, sem determinar quais delas vão dedicar-se a que áreas, mais especificamente, com um apoio, um aporte muito grande de apoio, material e logístico, do Governo Federal.

São só essas as considerações que faço a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Bom, vai falar o Deputado Joaquim Beltrão.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, nós aqui na Comissão da Educação vivemos sempre tentados a defender o professor, a achar que o salário do professor é baixo, e assim por diante, com pretensões para aumentá-lo, inclusive eu. Esse discurso está sempre presente, inclusive o meu, aqui na Comissão de Educação. Mas uma meta sem propor resultados, sem melhorar?



Propor, é claro que se propõem resultados, mas... Referentemente ao salário do professor, quem tiver uma melhor qualidade ganha mais; o professor que obtiver um desempenho maior do aluno ganha mais; o salário base, o piso, é também o maior salário, porque ficou praticamente todo o mundo nivelado.

Falta professor de matemática, falta professor de física; o que fazer para melhorar, para haver professores? Será que caberia dar um incentivo para essa área em que falta professor? Naturalmente, um plano de cargos e salários não é pela matemática, ou física, ou qualquer assunto que se vai ensinar; o plano de cargos e salários normalmente é pelo tempo, é pela formação, pela pós-graduação que se faça, e assim por diante. Então, eu acho que, sem que o pacto federativo seja quebrado, sem que a União possa intervir, fazer um diagnóstico nas escolas, nas universidades federais, para saber o comportamento daquela escola, para ver se aquela escola está precisando de um plano, de um planejamento, e ter como fazer com que aquilo se cumpra... Porque hoje isso depende do Prefeito; se o Prefeito for bem intencionado, se o Prefeito for ligado à educação, no caso dos Municípios haverá uma educação de qualidade; caso contrário, não.

O Brasil é um país com muita diversidade, onde um aluno de um bairro, de uma comunidade não pode ir para uma escola de outra comunidade na periferia. É proibitivo porque ele acabará sendo agredido.

Eu acredito que essas nossas metas, sem termos como avaliar as universidades federais... Na mesma universidade há um excelente curso de Engenharia e um curso ruim em outra área; há um curso mediano em outra área, e assim por diante.

Então seria necessário um diagnóstico: por que está acontecendo isso?

Diversos professores já me procuraram porque o Prefeito brigou com o Vice-Prefeito e queria colocá-lo na sala de aula. Por perseguição política se quer colocar um professor na sala de aula. É comum os professores estarem fora da sala de aula. E não há o que fazer, pelo menos daqui de Brasília, para que os professores que ganham para ensinar cumpram esse objetivo em todas as áreas, no meu entender.

Para aumentar o gasto em educação é necessário saber de onde tirar o dinheiro. Eu acho que o Brasil não tem condições de gastar 10% do PIB em educação, a não ser que se demonstre onde se vai cortar. Porque temos



deficiências na Saúde, na Segurança, em todas as áreas. Temos de viver de acordo com a nossa realidade. E a realidade não nos permite, no meu entender, propor percentual que não possa ser cumprido.

Eu acho que a meta de 7% é uma excelente meta, se conseguimos cumpri-la. Acredito que o que nós temos de fazer é melhorar a qualidade do ensino com o que dispomos. Se nós dispomos de “x”, é com “x” que temos de melhorar a qualidade do ensino. Esse é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Deputado Joaquim Beltrão.

Nós ainda temos sete inscrições. O Ministro avisou-nos previamente que poderia passar aqui até 3 horas. Ele está aqui desde as 3 horas e já são 18 horas. Passo o problema ao Plenário: os senhores vão ver de que forma vão perguntar e vão permitir que o Ministro responda e consiga sair daqui — já negocie com ele uma tolerância, que não estava combinada — daqui a 20 ou 30 minutos. Então passo o problema adiante.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho pelo tempo regimental de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Com a tolerância habitual de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Esse negócio de tolerância é que acaba com a gente. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Ministro, quero dizer-lhe que o trabalho, a disposição e a vontade de mudar a educação são inquestionáveis. Todos nós reconhecemos e somos aqui parceiros. Eu tenho certeza disto: todos que estão nesta Comissão têm um único partido, o partido da Educação. E sempre que os interesses da Educação estão em jogo, V.Exa. tem contato com esta Comissão e tem contato com a Câmara.

É evidente que há uma grande luta no País para que a educação seja uma ação de Estado, de Nação, da sociedade, e não de um partido político, de uma facção ou de um governo de ocasião. Porque dentro no regime democrático os governos passam e a instituição permanece. E a educação é a espinha dorsal da sociedade.



Faço um breve preâmbulo para dizer que todas as discussões que tratam da educação são legítimas.

Por exemplo, colocou-se aqui a questão do livro didático. Nós temos, inclusive, uma audiência pública marcada — acredito que o Presidente, junto com a Assessoria, nos próximos dias, vai marcar essa audiência pública. E a discussão é extremamente pertinente porque, ao contrário do que disseram os que me antecederam, a discussão é ideológica, sim. Ela é ideológica porque se coloca a norma culta com classe social. Tem um viés ideológico dentro de uma tese acadêmica. Por isso, é importante que seja discutida, e no momento oportuno será.

Também é importante discutir o *kit* anti-homofobia, que tem a ver com a questão de valores e com a cultura do povo brasileiro, bem como com a formação das pessoas e o papel da família e da escola. Então, é importante que seja discutido, com todo o respeito, com toda a atenção, respeitando as pessoas. Que seja discutido, sim, e que os pontos de vista se estabeleçam.

Uma outra questão que é importante colocar: esse debate de privatização eu acho que está superado. O próprio Governo Federal anuncia, com pompa e circunstância, que, para conseguir alcançar as metas da Copa do Mundo, precisa fazer a privatização dos aeroportos, dos terminais aeroportuários, porque o Estado sozinho não tem condição de tocar essas obras.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está superado para quem, Marinho?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Para a própria Presidente Dilma, que... Está certo. O Ivan Valente está certo. No seu caso, eu faço uma ressalva. Você tem toda razão. No seu caso, não. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Você tem razão: a Dilma, sim, aderiu à privatização, mas nós não, ainda.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Exato. Eu faço a ressalva aqui para Ivan Valente.

Mas a Presidente Dilma, inclusive, fez uma carta em que elogia o Presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhece o seu papel na estabilidade econômica e aponta no rito da privatização.

V. Exa. tem toda razão. Eu me esqueci de que V.Exa. estava aqui. *(Risos.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Rogério Marinho, se V.Exa. polemizar, não terá desconto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Mas ele tem razão. Eu faço aqui minha ressalva.

Um dado que eu acho primordial, Ministro, entrando na questão no PNE... Tive que fazer a ressalva porque sou do PSDB, estou aqui, escutei, e tenho que fazer minhas colocações. Em relação ao PNE, a verdade, Ministro, é que educação em nosso País é um problema sério — e não é culpa deste Governo ou do Governo que o antecedeu. É um problema sério que perdura algumas centenas de anos. Parece-me que, desde a reforma de 1969, com a qual o Deputado Gastão Vieira contribuiu, na época, como legislador, quando se acabou com o exame de admissão que existia e o País começou a apontar para a universalização do ensino, houve uma degradação constante da escola pública, porque aumentou a oferta e diminuiu a qualidade.

E a nossa principal ação deve ser reconhecer que o problema existe; ele é real. O INEP — Instituto Anísio Teixeira, que é extremamente importante e realiza um trabalho sério, tem uma série histórica desde 1995, com o SAEB, e a partir de 2005, com o Prova Brasil, que nos mostram que, em relação à Língua Portuguesa, em 1995, a nossa proficiência na 4ª série do ensino fundamental era de 188 pontos. Agora, em 2009, com o SAEB, chega a 184 pontos. No caso da 8ª série, era de 256 pontos. Agora chega a 244 pontos, dentro de uma média de 275, que é o ideal de acordo com o Todos pela Educação; e, no caso da 4ª série, de 200 pontos. O ensino médio tem como pontuação ideal 300 — começou em 290 e hoje está em 300.

Na época do Governo Fernando Henrique Cardoso isso também decresceu. Houve uma curva ascendente nos anos subsequentes, é verdade, mas ainda não chegou aos índices de 1995. Então, nós não estamos bem assim, não. É mais razoável! Mesmo assim, Ministro, não chegamos aos índices de 1995. Aí vem a questão da qualidade.

Uma outra questão que eu levo para apreciação de V.Exa.: se se analisar o *site* do INEP, que está aqui aberto na minha frente, eu estava até querendo mostrar para o Deputado Ariosto Holanda, mostrei para Alex Canziani, verão que lá estão disponibilizados os cortes e o filtro até 2005. Em 2007 tem o Prova Brasil, é verdade,



mas não há consolidação por corte. Se V.Exa. procurar aqui no *site*, não encontrará. Terá que fazer uma consolidação sistema por sistema, Estado por Estado, Município por Município. E de 2009 não há nem notícia aqui no *site* do INEP. Quando foi criado o IDEB, colocou-se fluxo junto com proficiência, com qualidade. É importante, mas o resultado esperado na sala de aula é justamente para se saber o quanto a criança aprendeu, o que ela conseguiu levar de escolaridade.

Antes de vir, eu tive o cuidado de separar um dado para reflexão, Ministro, para vermos como isso é sério e como precisamos realmente colocar a educação no centro da discussão do País, para encontrar recursos, mudar a questão da alfabetização, formar alfabetizadores para as primeiras séries do ensino fundamental.

Se se fizer um corte aqui em 2005, onde está a distribuição de alunos por nível, de acordo com proficiência de Português — esses são os dados que temos; não há esses dados de 2007 e 2009 sequer se encontra no *site* do INEP —, eu chamaria a atenção para o seguinte: 70% das crianças no Brasil estão abaixo do nível adequado em proficiência em Português na 4ª série — e 70% seriam 200 pontos! E no Nordeste isso chega a 83% em escolas públicas urbanas. Não me refiro a escolas privadas nem federais. São dados de escolas públicas, que são a maioria. Quando se analisa Matemática, é mais grave: 91% das nossas crianças em 4ª série estão abaixo do nível — e 95% no Nordeste. Esse é um dado muito sério.

A primeira pergunta que faço a V.Exa., Ministro, é se é possível que o INEP disponibilize os dados de 2007 e 2009 com o mesmo grau de precisão que existe até 2005, porque o diagnóstico é essencial para atitudes e decisões, para mostrar o problema e fazer com que a sociedade entenda a gravidade do quadro da educação no País. Com todas as ações que estão sendo feitas, com a boa vontade de V.Exa. e da sua equipe, acho que a sociedade não despertou ainda para o soco no estômago que é a situação da Educação no Brasil, principalmente a partir das primeiras séries do ensino fundamental, que geram todas as distorções de fluxo, de repetência, de evasão, de abandono, principalmente com esse funil que acontece no Brasil em razão do qual poucas crianças conseguem chegar, sem distorção, na idade certa à universidade, justamente em função da dificuldade de alfabetização nas primeiras séries.



Era isso. Quero ainda dizer a V.Exa. que nós estamos aqui todos unidos com o mesmo objetivo de fazermos um bom Plano, discutirmos e sermos solidários com o processo educacional no País e apontarmos o rumo correto, mas também de pedir a ajuda do Ministério para termos diagnóstico a respeito do Plano, para sabermos o que aconteceu no País e o que está acontecendo agora. Assim a sociedade tomará conhecimento, porque o discurso ufanista é importante para nos dar autoestima, mas é importante também que a sociedade desperte para a necessidade de nos debruçarmos sobre esse tema como se fosse o mais importante do País, como de fato ele é.

Obrigado, Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Ministro, como está havendo votação nominal, a maioria dos Deputados teve que sair. O Deputado Ivan Valente chegou exatamente na hora.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado.

Sra. Presidente, Deputada Teresa Surita, Sr. Ministro, Sr. Relator, meu amigo Angelo Vanhoni, que esteve lá em São Paulo participando do nosso debate, é lógico que já estamos no final desta reunião, Ministro, e por isso eu não teria tempo para desenvolver aqui todas as questões. No entanto, eu queria checar alguns pontos que, sem dúvida, para nós, que apresentamos muitas emendas — emendas do movimento social e educacional, emendas que elaboramos —, são relevantes. Chamo a atenção para a seguinte questão: primeiro, esse aqui é um plano de Estado, não é um plano de um governo.

Nesse sentido, eu vejo que há questões que nunca, na minha opinião, deveriam ser colocadas como metas. Eu não colocaria o IDEB como meta. São políticas correntes. Eu não concordo com se colocar o IDEB como meta de avaliação. Nós temos que tomar um certo cuidado porque é um Plano para dois Governos, mais de dois Governos. Essa é a realidade.

A segunda questão é esta: o Plano, como é estratégico, deve se distanciar das políticas de Governo imediatas. É política sequencial. Por exemplo, quando o PSDB focou no FUNDEF, lá atrás, no ensino fundamental, estava baseado nas políticas que levava. Eu acho que esse plano carrega, na prática, um pouco dos mesmos vícios. A partir de uma proposta que ele acha, digamos assim, positiva,



adotada pelos últimos Governos, projeta para adiante a mesma política. Então, na minha opinião, falta uma política estratégica.

A segunda questão, consertada depois, é o diagnóstico. O Governo fez as metas sem ter mandado antes o diagnóstico da educação nacional. Foi o inverso do que nós fizemos em 1998 na sociedade civil. Primeiro, nós fizemos o diagnóstico, depois estabelecemos as metas, os prazos e o financiamento, que era 10% do PIB.

Aqui, não. Parte-se do princípio de que o Governo andou 0,2% do PIB, porque chegou a 5 no último período. Então, em 10 anos são mais 0,2, mais 0,2, e assim nós vamos chegar a 7% do PIB. Eu acho que não é uma boa escolha essa de trabalhar... Eu quero começar até pelo financiamento. Essa meta não é só tímida; é uma meta que não corresponde ao passivo educacional brasileiro; ela não responde. Isso é uma unanimidade. Por isso que todas as entidades da sociedade civil... Eu acho que o Governo nem deve começar por isso, porque 7% do PIB é o percentual que nós votamos por unanimidade no Congresso Nacional há 10 anos. Nós votamos isso! A proposta que apresentamos em 1998 era de 10% do PIB. Então, como é que nós vamos voltar a 7% do PIB se o passivo educacional brasileiro dado pelo diagnóstico continua enorme? Não temos um sistema estabilizado, seja sobre a questão do analfabetismo, seja sobre a universalização da educação básica, do ensino médio e da educação infantil, bem como acerca da expansão do ensino superior público, e assim por diante.

Terceiro — até brincando um pouco com o nosso grande Deputado Marinho —, eu acho que também na educação nós continuamos com questões que levam a uma associação que, para mim, não é positiva. Por exemplo, o Governo tenta colocar para a educação infantil e para a escola técnica uma lógica de associação, através de creches conveniadas e agora através das escolas técnicas privadas, o que é até contraditório com a expansão que ele fez para o setor público. Eu acho que um dos trunfos que o Governo tem apresentado, corretamente, é a expansão do sistema público com qualidade, para transferir recurso público para o setor privado. Aí eu digo que há um problema real.

Eu entendo que o próprio Governo acompanhou a CONAE, cujas metas em vários pontos importantes e centrais não são colocadas nas metas do PNE, a começar pela meta do financiamento. Mas não só isso. Nessas questões que levam



à privatização eu também vejo que não há adesão quanto a transferir recurso público para o setor privado, de acordo com a Conferência de Educação que fizemos aqui. Recursos públicos, na minha opinião, continuam sendo, e devem ser, dirigidos para a educação pública.

Sr. Presidente, nós tínhamos discutido anos atrás o chamado Custo Aluno Qualidade — CAQ. Essa também foi uma discussão importante da CONAE. Como é que se atinge uma meta de qualidade? Isso não consta do plano, rigorosamente. Consta o custo aluno, mas não o custo aluno qualidade. Isso é que vai levar a uma projeção de financiamento.

Outra questão que a CONAE apoia, o impeditivo do uso da educação a distância como formação inicial, é bastante protagonizada no Plano Nacional de Educação — e essa não era uma proposta. Substituir o ensino presencial, em volume que passa do limite daquilo que seria razoável para avançar o conjunto do ensino, pelo ensino a distância é algo também que precisamos discutir muito neste debate do Plano Nacional de Educação.

Outra questão que eu quero recuperar, Ministro — e lhe peço desculpas pela pressa com a qual estou colocando as questões —, é o fato de que o Governo assimilou essa ideia fundamental, companheiro Newton Lima. Na época em que discutimos o plano, em 1998, a questão era a seguinte... Todo mundo é a favor de avaliar, mas não somos favoráveis a substituir a ideia de um Sistema Nacional de Educação por um Sistema Nacional de Avaliação, porque isso leva a uma lógica competitiva de mercado, a uma visão gerencial, empresarial para dentro do sistema educacional.

Então, toda lógica de "ranqueamento" criada está assimilada aqui nos Governos que vêm, do PSDB, e depois é seguida, porque há prova para tudo: Prova Brasil, Provão, Provinha, ENADE, ENEM. Então, eu acho que é preciso ter avaliação, concordo, e não só concordo como acho que deve-se avaliar a instituição. Mas essa é a lógica de superestimar. Como é que vamos dar conta de acabar com o analfabetismo no Brasil, universalizar a educação básica, expandir o ensino superior público, a qualidade do ensino, a meta fundamental de dar dignidade aos profissionais de educação? Como vamos fazer tudo isso e com que dinheiro?



E aí eu queria finalizar dizendo exatamente isso: quando estamos discutindo 10%, quando estamos mobilizando a sociedade para pedir 10% do PIB estamos discutindo a seguinte situação, que o Newton levantou ali com muita propriedade, mas temos algumas opções: reforma tributária. Tem gente que sonha com o dinheiro do pré-sal, que eu acho que está fora deste debate aqui. Primeiro porque da camada de pré-sal não sai dinheiro direto, sai petróleo. E demora para sair. E o que sai é do fundo do pré-sal, e o que sai pela lei do fundo do pré-sal vai ser investido no exterior, e é o lucro desse dinheiro que vai ser dividido em sete porções, inclusive para a educação. Tanto que tem gente que quer 50% para isso. Reforma tributária. Ou você sai da reforma, que é guerra fiscal entre os Estados, ou você vai para uma reforma para fazer justiça fiscal: quem tem mais paga mais, para valer, com taxaço das grandes fortunas; e um sistema que não se baseie mais no consumo e na renda assalariada, mas se baseie na taxaço da riqueza, da propriedade, e assim por diante.

Então, finalizo dizendo o seguinte: quando se pergunta onde se vai arrumar 300 milhões, eu digo que só de juros estão anotados 635 bilhões para este ano. Então, essa é a combinação. Quer dizer, isso mexe, sim, com a política econômica. Com a Emenda 29 também mexe. Só que não podemos ser tímidos, não podemos ser conformistas, achar que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ivan, o Deputado Rui está reclamando ali.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só vou finalizar dizendo o seguinte... Eu era o último, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, o Deputado Rui está inscrito, esperando pacientemente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É porque eu tive a impressão de que a Deputada Teresa disse: "*Temos o último, que está chegando aqui agora*". Peço desculpas ao Deputado Rui.

Mas só para finalizar meu raciocínio, eu queria dizer o seguinte: isso mexe com o sistema brasileiro, País que paga a mais alta taxa real de juros do mundo; são 6,08%. O segundo maior País do mundo que paga juros real é de 1,5%. Isso suga a riqueza da Nação. Isso tem que ser discutido por quem reivindica, por toda a



população. E o setor educacional não pode ficar fora disso, nem o setor de saúde pública.

Então, o problema é o seguinte: nosso dever aqui é aprovar um Plano Nacional de Educação que dê conta dos desafios educacionais da Nação brasileira, plano estratégico. E aí vamos mudar as políticas públicas estruturais que necessitam ser mudadas, para não beneficiar meia dúzia de ricos deste País que embolsam o dinheiro, o capital financeiro, o agronegócio, grandes montadoras e tal, e dinheiro para quem precisa e para a Nação brasileira, que é a educação pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado.

Deputado Rui Costa, V.Exa. é o último inscrito. Com a sua manifestação eu encerro e passo a palavra para o Ministro.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Deputado Gastão, só 30 segundos, só porque eu fui citado, no bom sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não, esse negócio de que foi citado... Depois do Rui, depois do Rui, depois do Rui.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Não, só para dizer que eu concordo com o Ministro, que tem que passar recursos para o Sistema S mesmo, porque é competente e eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado.

Deputado Rui, V.Exa. encerra aqui, antes do Ministro se pronunciar.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Sr. Presidente, eu queria saudar o Ministro e parabenizá-lo pelo lançamento do PRONATEC, programa absolutamente bem estruturado. Eu que sou oriundo de escola técnica, Escola Técnica Federal da Bahia, sei da importância que esse programa tem, seja para o momento atual, de desafios econômicos e estruturantes para o Brasil, seja para as famílias mais pobres e mais carentes do País inteiro, seja também para o Plano Nacional de Educação e suas metas e diretrizes, que eu acho que estão bem estruturadas.

Nós poderíamos fazer a abordagem sob vários ângulos, mas eu vou me deter ao que acho estruturante: o financiamento. Vivemos, seja na educação, seja na saúde, seja em outras áreas, um problema grave de subfinanciamento; a saúde, todos conhecem o drama, a educação, *idem*. E nós vivemos, às vezes, uma



esquizofrenia em relação ao pacto federativo. Transferimos responsabilidades dos Estados e Municípios e queremos, às vezes, regular, a partir da União. Até plano de cargo e salário, fala-se aqui no sentido de os Estados e Municípios executarem.

Então, das duas, uma: ou nós retiramos algumas áreas, federaliza-se a educação, que passa a ser toda gerida pela União, da infância ao nível superior, ou temos que dialogar com o pacto federativo e com o financiamento.

Eu não vou discutir fraudes e desvios, porque isso é caso de polícia e dos agentes de controle. Não cabe aqui discutir isso, quando estamos discutindo o plano. Mas é evidente que há vários problemas de financiamento e de uma estrutura salarial absolutamente distorcida por anos de problemas fiscais dos Estados e dos Municípios. Por exemplo, alguns Estados, como é o caso do meu, ao longo de décadas, contiveram os salários-bases e foram montando uma árvore de natal de gratificações etc., etc. Um coronel da PM, no meu Estado, ganha a base de 900 reais, e o bruto é 14 mil, 15 mil reais. O resto é gratificação para compor o salário total. E todas as categorias são assim, para diminuir o impacto da questão previdenciária e o grande impacto que isso causava aos Estados e Municípios.

E aqui eu já vi dezenas, para não falar de centenas, de debates para estimular pisos salariais. Estão aí a PEC 300 e outros e outro, que querem definir, a partir de Brasília, quanto o Município vai pagar para o agente de portaria, para o enfermeiro, para o médico, para qualquer profissional. Então, precisamos definir qual o modelo que queremos.

Ministro, eu acho que a questão estruturante é pensarmos efetivamente, para atingir as metas, em quais são as fontes de financiamento que nós colocaremos, a começar pela valorização dos profissionais de educação.

Fui Secretário de Estado da Bahia e fico tentando imaginar que relação é essa a que o senhor se refere quanto aos profissionais de nível superior, professores e professoras, que dá essa diferença grande em relação à remuneração média. E eu não consigo, no caso particular nosso, enxergar essa diferença tão grande. De qualquer forma, evidente que os professores têm salários baixos que precisam ser melhorados. A questão é saber quem vai financiar essa elevação consistente, absolutamente necessária, de remuneração dos professores.



Eu discordo do Deputado de que não é possível pagar piso. Estados não conseguem pagar esse piso salarial é um pouco demais para minha cabeça. Municípios com 4 mil, 3 mil habitantes não conseguem eventualmente cumprir, é uma questão. Mas Estados não conseguem cumprir esse piso, é um pouco difícil de entender.

Agora eu acho que nós temos — e a minha intervenção é nesse sentido — que debater sobre como esse plano, no que diz respeito ao financiamento, vai dialogar com o pacto federativo, para evidentemente não ficarmos aqui fazendo discurso contra os gestores municipais e estaduais como se fosse apenas um ato de vontade dos gestor municipal pagar ou não melhor salário aos professores; como se pudessem, com a receita que têm, duplicar ou triplicar a remuneração dos professores, que merecem ganhar mais, evidentemente.

Para finalizar, apresento outra questão que eu acho da maior relevância, e eu gostaria de ver isso tratado de alguma forma neste debate. É evidente que as questões estruturais de financiamento, de remuneração dos profissionais são absolutamente necessárias para uma melhor educação. Mas nós temos que pensar, quando pensamos um plano desse e quando pensamos um plano de cargos e salários e distribuição de recurso, em diferenças. Por exemplo, na rede pública — e eu vou citar mais uma vez o caso da Bahia — escolas públicas que têm os mesmos níveis, os mesmos padrões salariais têm absolutos níveis e resultados diferentes nos indicadores do IDEB, ou mesmo na aprovação dos alunos nos vestibulares. Isso é reconhecido pelos pais e pelos alunos. E há uma verdadeira disputa pela matrícula nessas escolas.

Há elementos diferenciadores, que não são de salário, não são de estrutura física ou de equipamentos, que fazem uma grande diferença. E aí está o envolvimento dos profissionais, o envolvimento da família e o envolvimento dos alunos.

É preciso trabalhar com essa variável, porque em alguns casos chega a mais do dobro a diferença, quando é considerada, por exemplo, a aprovação em vestibulares. Lá nós temos algumas escolas que são absolutamente disputadas pelos pais para matricularem seus filhos, e não houve nenhum direcionamento do Estado para concentrar ali os melhores professores ou os melhores equipamentos,



computadores ou coisa do tipo. Há apenas uma cultura de anos, construída naquela comunidade escolar, em que exigia-se qualidade. E houve a consolidação dessa cultura.

Eu acho que isso tem que ser levado em conta. Tinha que haver um retorno na remuneração desses profissionais, sejam professores ou técnicos, que fazem a diferença mesmo com as estruturas semelhantes de outras escolas. Não reconhecer isso e, na minha opinião, de alguma forma, não prever uma premiação, é não estimular a melhoria da qualidade do ensino.

Mais uma vez, parabeno o Ministro e agradeço a sua tolerância e a sua paciência nas três horas e meia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Ministro, V.Exa. tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Gostaria de agradecer todas as perguntas e considerações. Solidarizo-me com muitas das perspectivas que foram colocadas aqui. Acho o debate extremamente rico e interessante.

Não vai ser possível, em função do fato de eu ter um Reitor e um Governador me aguardando no Ministério, responder de maneira organizada a todas as provocações. Mas eu gostaria de fazer breves comentários sobre algumas questões que eu julgo importantes.

Como há um pessoal da FASUBRA aqui — e a Deputada Alice Portugal já falou —, quero deixar claro um ponto em relação aos debates sobre os hospitais universitários. Veja bem, Deputado Rogério Marinho, eu posso ser a favor de uma Organização Social, a chamada OS, para organizar uma orquestra sinfônica; e posso ser contra a Organização Social para administrar o hospital. Não há nada de incoerente nisso. Uma orquestra sinfônica organizada na forma de organização social parece-me adequada. Já um hospital público não me parece adequada. Não há contradição. O senhor pode discordar do meu ponto de vista, mas não há contradição num pensamento que organiza as ideias assim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Eu pensei nisso, mas não falei.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Não, porque o senhor falou... Eu posso ser contra a privatização da Vale do Rio Doce e da PETROBRAS e ser a favor da parceria público-privada em determinadas circunstâncias.



O que eu quero dizer é o seguinte: eu penso que nós não devemos "absolutizar" este debate. É o caso concreto que merece análise. O senhor citou essa parceria. Eu tive a honra de conduzir um processo no Sistema S, depois de 60 anos de existência: a primeira reforma feita no Sistema S, que o trouxe, em 2008, o Sistema S para as suas raízes originais de vínculo com a gratuidade. E isso sem ter que mandar projeto de lei para o Congresso Nacional; foi um acordo recepcionado por um decreto presidencial. Abriram-se as portas para o PRONATEC, que dá oportunidade ao aluno de ensino médio público frequentar uma escola do SENAI, do SENAC num segundo turno.

Se nós não tivéssemos feito a reforma em 2008, não teríamos a oportunidade de debater o PRONATEC hoje. E não considero o Sistema S privado. Eu o considero público, com gestão privada. Mas sou a favor do controle social sobre ele e da democratização e transparência da gestão, porque ali é uma contribuição que incide sobre a folha de salário das empresas.

Então, veja bem. Não sou uma pessoa dogmática nessa posição. Só acho que há instrumentos adequados para resolver problemas específicos. E quando você começa a misturar ideologicamente o debate, você começa a não ter clareza sobre o caminho a seguir. Por isso, defendo a empresa pública para os hospitais. Não entendo que isso seja privatização. Caso contrário, a Caixa Econômica Federal teria de ser considerada um banco privado, e não é, é uma empresa pública de direito privado. Tanto é que todos nós somos contra a sua venda, tanto quanto a PETROBRAS, tanto quanto o Banco do Brasil, e assim por diante.

Então, só para situar como eu vejo o debate sobre essa questão parceria público-privado, estatal, não estatal. Há o público não estatal, que também deve ser considerado. Há instituições comunitárias que funcionam como instituições públicas não estatais, que também têm seu espaço no sistema universitário brasileiro.

Então, só para situar que não sou binário nesse debate. Temos de avaliar as condições objetivas de melhoria dos serviços públicos, da gestão pública, considerando, sobretudo, o direito do cidadão.

Em relação ao piso. Deputado, a decisão do Supremo, pegou de surpresa não a nós, que defendíamos a constitucionalidade, mas aqueles que defendiam a inconstitucionalidade da lei, que o Congresso aprovou por unanimidade, e que é



diferente da lei encaminhada pelo Executivo. Estou aqui com uma testemunha auditiva, ocular. A lei que nós encaminhamos ninguém questionaria no Supremo Tribunal Federal. O que foi objeto de questionamento não estava no projeto original. O que foi questionado depois foi aquilo que o Congresso, por unanimidade, acolheu. E havia a presunção, por parte de alguns Governadores e Prefeitos de que aquilo seria declarado inconstitucional, inclusive em função da liminar concedida.

Quando o Supremo surpreende alguns, e não a nós, dizendo que a lei é constitucional, todos aqueles que não tomaram as medidas preparatórias para corrigir as distorções da carreira foram surpreendidos. E agora tiveram 2 anos, desde a sanção da lei, para ajustar seus planos de carreira. Não o fizeram confiando na liminar. A liminar caiu e, agora, estão nessa situação.

O ex-Ministro Tarso Genro, atual Governador do Rio Grande do Sul, ao que me consta, não estou aqui para ser advogado de ninguém, ele toma a greve por meio de um acordo. Há uma categoria que não está em greve nesse momento. Poderia até entrar em greve, mas não entrou, porque sentou com o Governador, o Governador abriu as contas e conseguiu evitar a greve com a habilidade que lhe é peculiar e com o respeito que tem com o sindicato.

Então, na minha opinião não houve propriamente irresponsabilidade. Nós trouxemos ao Parlamento, o Deputado Gastão Vieira é testemunha, infelizmente o Relator Severiano Alves não está mais nesta Casa, mas nós dissemos: se forem aprovadas essas emendas, sobretudo a da hora/atividade, nós temos o temor de que isso seja objeto de questionamento junto ao Supremo Tribunal, que foi o que ocorreu. Então, queríamos adiar o debate da hora/atividade para evitar esse questionamento e dar um passo importante. O Congresso entendeu, todos os partidos, sem exceção, que deveria também atuar nessa....

Alguns Deputados até se arrependeram quando viram as consequências judiciais. Mas o fato é que a decisão foi soberana do Congresso, e o Presidente Lula sancionou, porque recebeu a informação de que não houve um único voto contrário. Não cabia a ele questionar uma decisão soberana do Congresso com esse grau de consenso. Chegou à unanimidade.

Só situando que nossa lei era até mais tímida da que foi aprovada, justamente tentando resguardar essa questão.



Questão de onde vem o dinheiro?

(Não identificado) - E o INEP?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - A pergunta era só com relação ao dinheiro, de onde vem. Nem entrei no mérito da...

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Vou chegar lá, Deputado. O senhor está se referindo aos microdados?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Isso, e aos dados de 2009, que não estão na página do INEP, do Prova Brasil.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - O IDEB está todo divulgado. O senhor quer decompor o IDEB ?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Eu sei. Na verdade, a qualidade, porque o IDEB hoje é fluxo e qualidade. Gostaria de ver qualidade.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Sobre isso, queria também registrar o seguinte — vou responder o Deputado Nelson Marchezan sobre a questão do dinheiro.

A questão da qualidade, acho que cometeremos um erro histórico se nós não nos fiarmos nos indicadores consagrados, nacional e internacionalmente. A verdade é que tivemos, entre 1995 e 2001, uma queda acentuada da qualidade. E não estou aqui fazendo ilações sobre governos, porque não é disso que se trata. Mas houve uma queda de qualidade entre 1995 e 2001, uma estabilidade entre 2001 e 2003, e, a partir de 2005, a curva se inclina positivamente. Conseguimos recuperar praticamente todo o prejuízo do período anterior com um ganho adicional de fluxo. Por isso, o IDEB saiu de 3,8, em 1997, caiu para 3,5, em 2001, e hoje está em 4,6. Porque só recuperamos a queda de qualidade, com melhoria significativa do fluxo.

Tanto é verdade que, quando cheguei ao Ministério da Educação, apenas 33% dos jovens com 19 anos haviam concluído o ensino médio. E, em 2009, a PNAD mostra que 50% concluíram o ensino médio aos 19 anos. Quer dizer, teve um incremento de 33% para 50% em 7 anos. E temos que evoluir para o patamar do mundo desenvolvido, que é 80%.

Então, ficamos em último lugar em 2000, na primeira edição do PISA. Pode-se dizer: mas não chegamos em primeiro. Não, não chegamos em primeiro, mas superamos 12 países em 9 anos, dentre os quais Colômbia e Argentina, que



estavam na nossa frente. Se tivermos o mesmo desempenho na próxima década, vamos ter superado Israel, Grécia, países que já estão nos marcos da OCDE.

Então, acho que não deveríamos negar o que os indicadores mostram. Esses dados que estou dando estão nos relatórios de organismos internacionais, não é nem do MEC. O relatório da OCDE sobre o PISA, o relatório sobre escolaridade é do Banco Mundial, foram divulgados em dezembro do ano passado, está quente ainda.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Ministro, o que estou perguntando é se é possível que o INEP disponibilize os microdados. É isso.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Vou atrás disso, absolutamente possível. Nem tinha o conhecimento de que eles não estavam disponíveis, porque divulgamos 100% dos...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Só estão consolidados até 2005. Em 2007, não está por sistema, não está consolidado sequer por Município, só está por escola.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Vou atrás disso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Em 2009, nada.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Vou atrás disso.

Em relação ao recurso. Veja bem, outro avanço que não é justo negar. O Presidente Lula triplicou o orçamento do Ministério da Educação. Não há precedente disso na história. Não, não há precedente disso na história.

Descontada a inflação, o orçamento do MEC dobrou. Então, não há um Presidente que tenha feito isso pela educação, o que permitiu acabar com a DRU sem ninguém nem notar, porque a DRU já estava acabada quando nós jogamos a pá de cal. Mostrei ao Presidente a evolução do orçamento. Acabar com a DRU tem pouco impacto, mas já haviam acabado com a DRU na prática.

De onde vem 1% a mais do PIB para educação em 5 anos? Basicamente do Governo Federal. Não foi dos orçamentos estaduais e municipais. Hoje, o nosso orçamento está beirando 70 bilhões. Quando eu cheguei no MEC eram 17 bilhões.

Quando há vontade política, e não é uma conta, Deputado Ivan Valente, não é uma conta de chegada. Foi 1% em 5 anos, 2% em 10 anos.

Em primeiro lugar, o senhor sabe que isso foi tema da campanha eleitoral. Os candidatos foram perguntados sobre isso em debates nacionais, com audiência de



dezenas de milhões de brasileiros. Então, não podemos deixar de considerar, sem prejuízo do debate, se é sete ou se é dez. Não é disso que se trata.

A bem dizer, gostaria de ser o Ministro dos 10%. Já pensou, o Ministro que vai receber 10% do PIB para fazer a mudança da educação? Dos meus 4% para 5%, já conseguimos fazer uma porção de coisas no País: duplicamos as vagas nas federais, triplicamos as vagas nos institutos, fizemos o FUNDEB, estendemos o programa de apoio para toda a educação básica. Enfim, uma infinidade de ações foram possíveis com 1% do PIB. Alguém disse 1%, mas são 40 bilhões.

Então, não foi um número chutado, foi um número defendido em campanha, de público. Então, precisamos valorizar. Em primeiro lugar, é a primeira campanha presidencial da história, que me lembre, que discutiu um assunto desse, quantos por cento do PIB será investido em educação pública. Isso só foi discutido porque mudamos a Constituição antes do processo eleitoral, com a ajuda do Congresso. Quer dizer, quem mudou foi o Congresso. Mas está aí o Deputado Rogério Marinho que sabe o papel que o MEC teve nessa mudança, ou seja, através da Emenda 59 exigir uma meta relativa a financiamento público.

Então, acho o debate extraordinário.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Não está me respondendo...
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Não, não estou lhe respondendo porque não perguntei para a Presidenta. Não fiz essa pergunta. Não conversei com ela sobre isso. Essa questão foi conversada com a Presidenta eleita. Quando ela foi eleita, eu estava discutindo o PNE. O Presidente Lula entendeu que não deveria mandar o plano antes da eleição, porque era um desrespeito com o eleito ele fazer um plano sem conhecimento de quem iria conduzir pelo menos 40% desse plano ou 80% do plano se fosse reeleito, o que a Constituição admite.

Então, a única conversa que tive com a Presidenta sobre isso foi num momento imediatamente anterior ao encaminhamento. E ela disse: "Fixa a minha palavra que dei na campanha eleitoral". Nós fixamos em 7%, e demonstramos também que tivemos esse cuidado de que 2% a mais do PIB são 80 bilhões de reais e as metas que estão previstas podem ser atingidas com esse investimento adicional.



Agora, em relação aos Estados e Municípios, há Municípios que já fixaram em 30% por lei local o comprometimento com a educação. A Constituição estabelece o mínimo, não estabelece o máximo. E muitos Estados já vincularam 30% e excluíram da conta os inativos, para ampliar ainda mais. Então, não é verdade que é uma camisa de força.

Há até um Prefeito que cravou 40% da receita em Maracanaú, no Ceará. Fixou em 40% do orçamento para a educação, da cabeça dele. Ninguém exigiu. E está cumprindo.

Quer dizer, não é verdade que não há espaço para melhorar a gestão e investir mais em educação. Então, há espaço e há Governadores e Prefeitos mais comprometidos com essa causa e que vincularam mais recursos para a área. A União fez um bom trabalho até aqui, não estou querendo ser ufanista, mas o fato de ter saído de menos de 20 bilhões para quase 70 bilhões o orçamento do MEC precisa ser considerado, até por não haver nenhum movimento anterior a esse, não haver precedência de um movimento forte desse. Mas isso também não é mérito de um governante, é amadurecimento da sociedade, que cobrou essa providência.

Então, hoje, sinceramente, Deputado Ivan Valente, isso vem de uma pessoa que está no oitavo ano no Ministério da Educação. Quando eu cheguei lá, não conseguia receber o Secretário Municipal, não conseguia receber o Secretário Estadual, não conseguia receber o Reitor porque não tinha o que dizer a esses gestores, não tinha apoio para dar. E, hoje, as portas do MEC estão abertas para esses gestores o tempo todo: UNDIME, CONSEDE, ANDIFES, CONIF. O senhor traga aqui os Presidentes dessas entidades e pergunte se houve uma mudança na qualidade de atendimento ou não, em virtude do maior financiamento. Então, acreditem em mim. O Presidente da ANDIFES, o Presidente do CONSEDE, o Presidente do CONIF são pessoas independentes, não foram eleitas por mim, foram eleitas pela sua base.

Então, é preciso reconhecer isso. Negar esses avanços não vai fazer bem para o País. Acho que nós temos que registrar que falta muito para fazer, porque ninguém em sã consciência vai dizer que está satisfeito. Tem muita coisa para fazer. Nós poderemos fazer o dobro do que fizemos na década anterior na próxima década.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, permita-me só 30 segundos.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Nós vamos fazer o dobro. Mas negar também o que foi feito também não é um bom caminho. Aí se acaba desestimulando pessoas comprometidas com a educação em fazer pela educação, porque, por mais que se faça, não vai haver reconhecimento, então não se faz. É o que acontece normalmente.

Então, reconhecer o esforço é importante, bem como, ao mesmo tempo, registrar que falta um bom caminho a percorrer.

É isso.

Eu vou pedir desculpas, porque realmente estou com duas pessoas, um Reitor e um Governador, me aguardando. Mas o Deputado sabe que eu nunca recuso um convite para vir ao Congresso Nacional. Nunca recusei. Talvez seja um dos Ministros que mais comparece ao Congresso Nacional, com muita satisfação

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, permita-me só 1 minuto para uma questão, para a gente tentar um foco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Trinta segundos que V.Exa. falou primeiro, não é, Ivan?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Trinta segundos.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Por favor. Só em respeito ao Governador...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero apenas dizer que a gente não deveria colocar o foco nessa questão do reconhecimento ou não, porque isso é o público que reconhece, não é a Comissão, nem ninguém.

O problema principal é reconhecer os imensos déficits educacionais brasileiros, saber qual é o tamanho do nosso desafio e o que nós temos que investir.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Perfeito. Estou completamente de acordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Acho que esse é o tema. Por exemplo, só para finalizar, trabalhei essa questão anos a fio, Ministro. O problema da não derrubada dos vetos não pode ser colocado, na minha opinião, na conta de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permitia, porque, quando se tem vontade política



para investir na educação, consegue-se unanimidade para mexer na Lei de Responsabilidade ou na Constituição e derrubar o veto.

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Mas se teve.

Mas nós não mexemos na Constituição.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não. Quando entramos no Governo Lula, nos 100 primeiros dias, estava lá derrubar os vetos do FHC.

É isso o que estou querendo dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Trinta segundos. Deputado Ivan, agradeço, mas preciso liberar o Ministro.

Ministro muito obrigado pela sua presença. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD - Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.